

Relatório do Grupo de Trabalho do Rio Acre

Rio Branco, AC, 24 de setembro de 2010

I. INTRODUÇÃO

O Grupo de Trabalho do Rio Acre (GT) foi criado na 35ª reunião da Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços (CTGRHT) do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), em 27 de setembro de 2006, com a finalidade de desenvolver ações no Brasil que auxiliem a promoção da gestão da bacia hidrográfica do Rio Acre. Dentre as atividades a serem desenvolvidas pelo GT, destaca-se a elaboração de uma proposta de modelo para a gestão da bacia hidrográfica do Rio Acre, considerando os aspectos legais, institucionais e orçamentários para sua implementação. A criação e a composição do GT é um desdobramento da oficina “Aspectos Legais e Ações Estratégicas para a Gestão Compartilhada da Bacia Trinacional do Rio Acre – Brasil, Bolívia e Peru”, realizada nos dias 09, 10 e 11 de maio de 2006, em Epitaciolândia, AC, assim como dos debates ocorridos na 33ª e 34ª reuniões da CTGRHT, em Brasília, DF.

A primeira reunião do GT deu-se em 18 de dezembro de 2006 em Epitaciolândia, AC, na fronteira com a Bolívia. As primeiras reuniões foram conduzidas sob coordenação da representante do Ministério do Meio Ambiente, Celina Xavier de Mendonça. A coordenação dos trabalhos foi transferida para o representante do Ministério da Justiça, Carlos Hugo Suarez Sampaio, a partir da terceira reunião, ocorrida em 12 de abril de 2007 em Rio Branco, AC. No total, foram realizadas onze reuniões do GT, nas cidades de Brasília, Epitaciolândia e Rio Branco, todas no estado do Acre.

As competências do CNRH, especificamente no que diz respeito à gestão de recursos hídricos transfronteiriços, não são específicas, devendo ser essa gestão entendida como uma peculiaridade em razão das especificidades da área de abrangência da bacia hidrográfica que extrapola os limites nacionais. Desse modo, a gestão e seus instrumentos devem adaptar-se a essas especificidades, sem, no entanto, deixar de serem efetivamente aplicados.

A Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, no § 2º de seu art. 39, faz referência à possibilidade de gestão compartilhada de bacias de rios fronteiriços e transfronteiriços:

“§ 2º Nos Comitês de Bacia Hidrográfica de bacias de rios fronteiriços e transfronteiriços de gestão compartilhada, a representação da União deverá incluir um representante do Ministério das Relações Exteriores.”

No entanto, a criação de mecanismos de gestão compartilhada envolvendo outros países é matéria complexa e ainda pouco explorada no continente, encontrando, de modo geral, grande resistência por parte das autoridades envolvidas, que parecem temer avançar no tema com alegações que envolvem questões de soberania e segurança nacional, por exemplo. A experiência internacional demonstra que a

efetiva gestão de recursos hídricos transfronteiriços demanda o estabelecimento de foro decisório com poderes suficientes para atuar de maneira a influenciar as políticas que envolvem esses recursos. Normalmente, há o estabelecimento conjunto de uma autoridade formal que fica responsável pela gestão, e isso é efetivado por meio de acordo envolvendo os respectivos países, que detalha, em diferentes graus de minúcia, o funcionamento do próprio órgão, as suas prerrogativas, financiamento, troca de informações, vazões, qualidade da água etc.

No atual estágio do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Brasil – que, apesar de suas limitações, ainda demonstra ser o mais avançado na região –, o estabelecimento de uma autoridade transfronteiriça de gestão de recursos hídricos ainda está longe de se tornar uma realidade. Mesmo assim, há a preocupação, no lado brasileiro, de procurar seguir a legislação nacional, que preconiza a bacia hidrográfica como unidade de gestão dos recursos hídricos. O caminho que tem sido seguido – que é necessariamente uma solução temporária até que as instituições nos países envolvidos amadureçam o suficiente para criar uma autoridade transfronteiriça – é a assinatura de acordos bilaterais que estabelecem comissões nacionais para iniciar a integração da gestão compartilhada. É o caso, por exemplo, do rio Apa, entre o Brasil e o Paraguai, cujo acordo bilateral foi assinado em 11 de setembro de 2006 e aprovado pelo Congresso Nacional em 1º de setembro de 2009, tendo já sido aprovado também pelo parlamento paraguaio.

O mencionado acordo prevê o estabelecimento de uma Comissão Mista Brasileiro-Paraguaia para o Desenvolvimento Sustentável e a Gestão Integrada da Bacia do Rio Apa, bem como de um Comitê de Coordenação Local, ambos com participação de representantes dos dois países. No entanto, por diversos fatores, entre os quais a inércia das autoridades de ambos países, os instrumentos de gestão previstos no acordo não foram ainda efetivamente implementados. Outras experiências semelhantes mostram que o processo de negociação e implementação de instituições multinacionais tendem a ser lentos e a enfrentar obstáculos de diversas naturezas. Há a necessidade de comprometimento das autoridades nacionais e locais para que o acordo venha a sair do papel e cumprir a função para a qual foi criado. Pelo papel de protagonismo em diversas áreas que o Brasil exerce na região, não se pode conceber a implementação do acordo sem o apoio seguro e constante do governo brasileiro.

O movimento de criação de instrumentos para a gestão de recursos hídricos transfronteiriços – ainda que inadequados em última análise, mas possíveis na atual conjuntura institucional da região – tem-se utilizado de moções do CNRH, que instam os órgãos pertinentes a comporem mesa de negociação. Os resultados atingidos variam de negociações entre autoridades locais a acordo bilateral firmado por autoridades nacionais.

Assim, em decorrência de solicitação da mobilização social da área de abrangência da bacia hidrográfica do Rio Acre, notadamente a iniciativa MAP (Madre de Dios-Acre-Pando), foi criado pela CTGRHT o presente GT, com o objetivo de propor instrumento adequado para a gestão da bacia do Rio Acre, que abrange os estados do Acre e do Amazonas no Brasil, além da Bolívia (Pando) e do Peru (Madre de Dios).

A preocupação do CNRH com a gestão na bacia hidrográfica do Rio Acre tem dupla justificativa, uma vez que se trata de rio de domínio da União por banhar mais de um estado (Acre e Amazonas) e, ao mesmo tempo, por ser rio transfronteiriço, compartilhando suas águas também com a Bolívia e o Peru (Constituição Federal, art. 20, III).

II. REUNIÕES DO GRUPO DE TRABALHO

[foto]

O Grupo de Trabalho do Rio Acre reuniu-se em onze ocasiões, com a presença de dez a cem pessoas por reunião. A memória detalhada das reuniões pode ser acessada no site http://www.cnrh.gov.br/sitio/index.php?option=com_content&view=article&id=74:gt-do-acre&catid=30:grupos-de-trabalho&Itemid=84.

A primeira reunião ocorreu em 18 de junho de 2006 na Câmara de Vereadores de Epitaciolândia, AC, na fronteira com a Bolívia, e foi coordenada pela então representante do Ministério do Meio Ambiente, Celina Xavier de Mendonça. Contou com a presença de representantes dos governos federal, estadual e municipal, além de representantes de vários setores da sociedade civil. A reunião foi aberta pelo então prefeito de Assis Brasil e presidente do Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Alto Acre e Capixaba – CONDIAC, Manoel Batista de Araújo. Nessa primeira reunião, foi apresentada à comunidade local a iniciativa da CTGRHT de criar o presente GT, com detalhamento do processo de sua criação e objetivos principais. Foi também traçado um plano de trabalho, com atribuição de funções aos membros presentes. Decidiu-se por trabalhar o âmbito de toda a bacia hidrográfica do Rio Acre, e não apenas a parte relativa ao Alto Rio Acre.

A segunda reunião ocorreu em 12 de fevereiro de 2007, na Câmara Municipal de Epitaciolândia, AC, ainda sob coordenação de Celina Xavier de Mendonça, do Ministério do Meio Ambiente. Foi apresentado aos presentes o processo de negociação do acordo do Rio Apa, desde os encontros locais até a proposta de moção ao CNRH, culminando com a sua assinatura. Discutiram-se também as legislações brasileira, boliviana e peruana relativas a recursos hídricos, bem como a situação institucional do tema nos três países. Foi criado subgrupo de trabalho para elaborar minuta de acordo trilateral para a bacia hidrográfica do Rio Acre, sob coordenação da representante da Procuradoria-Geral do Estado do Acre, Márcia Regina Pereira de Sousa. Foi apresentada a idéia de realização de seminário com a participação dos três países.

A terceira reunião teve lugar em Rio Branco, AC, no auditório do Ministério Público Estadual, em 12 de abril de 2007. Em razão do afastamento da Coordenadora do GT, Celina Xavier de Mendonça, por ter sido convidada para trabalhar em outra instituição, o representante de Ministério da Justiça, Carlos Hugo Suarez Sampaio, foi indicado como novo Coordenador. Foi apresentado o livro “Hacia la Gestión Participativa de la Cuenca Alta del Río Acre: Diagnóstico y Avances / Rumo à Gestão Participativa da Bacia do Alto Rio Acre: Diagnóstico e Avanços”, produzido pela iniciativa MAP e fruto do trabalho de bolivianos, peruanos e

brasileiros. Foram discutidas diversas iniciativas de articulação no âmbito da bacia, sob coordenação do Mini-MAP Bacias / Cuencas. A representante da Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA anunciou a criação de um grupo de trabalho para elaborar o Plano Estadual de Recursos Hídricos. A representante do IBAMA informou sobre as negociações de acordo sobre a pesca no âmbito da bacia. Foi apresentada minuta do acordo trilateral. Foi apresentada proposta de seminário.

A quarta reunião foi realizada em 19 de junho de 2007, na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Brasília, AC, na fronteira com a Bolívia, e contou com expressiva participação da comunidade local. Foi discutida a proposta para o seminário trinacional e criada comissão organizadora respectiva. Foi detalhadamente discutida a minuta de acordo trilateral.

A quinta reunião ocorreu em 31 de agosto de 2007 em Rio Branco, AC, no auditório do Ministério Público Estadual. Foi anunciada a idéia de realizar reunião da CTGRHT no Acre, em conjunto com o seminário trinacional. Foi discutida a nova versão do acordo trilateral. Foi discutido o detalhamento do seminário trinacional, inclusive fontes de financiamento. Foi discutida a estrutura do relatório do GT. Foi acertada a participação do Coordenador do GT no VII Encontro do MAP, em novembro de 2007, em Brasília, AC.

A sexta reunião foi realizada em 15 de novembro de 2007 em Eitaciolândia, AC. Foi decidida a solicitação de prorrogação do mandato do GT, em vista da proposta de realização do seminário trinacional somente em março de 2008. Foi planejada em detalhe a realização do seminário, com planilha de custos e atribuições de cada membro do GT.

A sétima reunião ocorreu em 24 de janeiro de 2008 em Eitaciolândia, AC. Foi informado que o novo presidente da CTGRHT passou a ser Fernando Coimbra, em substituição a Bernardo Paranhos, ambos representantes do Ministério das Relações Exteriores. A SEMA apresentou o programa “Rio da Minha Vida”, que surgiu em função das consequências das secas na região. Foi feita uma explanação sobre a Resolução CNRH nº 5, que rege a criação de comitês de bacia hidrográfica. A SEMA anunciou interesse em formar comissão pró-comitê da bacia hidrográfica do Rio Acre. Foi feita explanação sobre o Plano de Recuperação da Bacia do Rio Acre. O representante da Agência Nacional de Águas – ANA fez apresentação sobre o GEF Amazônia e anunciou recursos para realizar projeto-piloto na bacia hidrográfica do Rio Acre. Apresentou também a preparação do “Projeto Manejo Integrado e Sustentável dos Recursos Hídricos Transfronteiriços da Bacia do Rio Amazonas, Considerando a Variabilidade Climática e o Câmbio Climático”, recentemente aprovado pelo GEF. Foi discutido o texto do anexo do acordo trilateral. Foram definidas as atribuições para confecção do relatório do GT.

A oitava reunião ocorreu em 23 de setembro de 2008, no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Acre, em Rio Branco, AC. Os principais pontos tratados foram as fontes de financiamento para o seminário trinacional, tanto externas como das instituições participantes do GT, e a pauta do evento. Foi demonstrada preocupação com a situação política na Bolívia, em especial na região de Pando, o que poderia inviabilizar a realização do seminário trinacional.

A nona reunião foi realizada em 11 de agosto de 2009, na Sala de Multimeios da SEMEIA, em Rio Branco, AC. O Coordenador do GT justificou a paralisação das atividades em razão de seu afastamento por licença médica, que o impediu de dar prosseguimento regular aos trabalhos. Na retomada dos trabalhos, foi feito um levantamento das atividades do GT. Foi anunciada a impossibilidade de realização do seminário trinacional em 2009 em vista da programação existente para as reuniões da CTGRHT. Acordou-se pela realização do evento somente após a posse do novo presidente boliviano em março de 2010. Foi apresentada a questão da fragmentação de meandro do Rio Acre em Brasiléia, que poderia deslocar parte do território brasileiro para o lado boliviano.

A décima reunião teve lugar em 6 de novembro de 2009, na Sala de Multimeios da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMEIA, em Rio Branco, AC. Foi proposto que, em vez de insistir-se na realização do seminário trinacional naquele momento, fosse realizada reunião da CTGRHT em Rio Branco, AC, conjugada com “minisseminário” para apresentação do relatório final e outros assuntos pertinentes, como o Plano Estadual de Recursos Hídricos e as experiências da Iniciativa MAP e dos Rios Quaraí e Apa. Os motivos da mudança de proposta foram que, após tantos adiamentos, vários dos objetivos do seminário trinacional – com relação a subsídios a serem recolhidos para o relatório do GT – foram de certa forma atingidos pelas iniciativas locais envolvendo os três países, as eleições em março de 2010 na Bolívia também eram um fator que dificultava a realização do evento em abril do mesmo ano e, mais importante, não tinham sido obtidos recursos suficientes para a realização do seminário trinacional até aquele momento, apesar dos vários pleitos submetidos. Registre-se que seria a primeira reunião de Câmara Técnica do CNRH na região norte. Foi delineada pauta de apresentações para o primeiro dia da reunião e distribuídas tarefas para a sua realização. Foi também proposto que o seminário trinacional fosse realizado após a assinatura do acordo trilateral.

A décima-primeira reunião foi realizada no auditório da SEMA, em Rio Branco, AC, em 24 de junho de 2010, com o objetivo de preparar a reunião da CTGRHT em Rio Branco, AC, e finalizar os preparativos para o relatório do GT.

III. A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ACRE

III.1. Caracterização geral da bacia hidrográfica do Rio Acre

A bacia hidrográfica do Rio Acre situa-se na Amazônia Sul-ocidental, compartilhada pelos estados brasileiros do Acre e Amazonas, pelo departamento de Madre de Dios, no Peru, e pelo departamento de Pando, na Bolívia (Figura 1), numa área de elevada biodiversidade e grande diversidade etnocultural. A bacia hidrográfica do Rio Acre faz parte da bacia hidrográfica do Rio Purus.

[figura]

Fonte: Reis & Reyes (2006).

Figura 1. Bacia hidrográfica do Rio Acre no contexto trinacional

Em território brasileiro, a bacia hidrográfica do Rio Acre está formada por onze municípios no estado do Acre (Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia, Xapuri, Capixaba, Rio Branco, Bujari, Porto Acre, e uma pequena porção dos territórios de Senador Guiomard, Plácido de Castro e Sena Madureira), e dois municípios no estado do Amazonas (Boca do Acre e uma pequena extensão territorial de Lábrea). Do lado boliviano, encontram-se as municipalidades de San Pedro de Bolpebra, na tríplice fronteira, Cobija, a capital de Pando, na fronteira com as cidades gêmeas de Brasiléia e Epitaciolândia, e Porvenir. Em território peruano está a municipalidade de Iñapari (Província de Tahuamanu).

A bacia hidrográfica do Rio Acre apresenta aproximadamente 3.650.000 hectares de extensão, dos quais 88% encontram-se no Brasil (Acre e Amazonas), 7% no Peru e 5% na Bolívia, com diferentes usos e ocupação do solo (Tabela 1 e Figura 2).

Tabela 1. Percentual de contribuição dos municípios na formação da bacia hidrográfica do Rio Acre

Municípios formadores da bacia hidrográfica do Rio Acre	Área do município na bacia (ha)	% de área na bacia
Iñapari	248.631	6,81
Ibéria	336	0,01
San Pedro de Bolpebra	138.099	3,78
Cobija	44.738	1,22
Porvenir	13.539	0,37
Assis Brasil	198.819	5,44
Brasiléia	389.620	10,67
Bujari	264.692	7,25
Capixaba	131.411	3,60
Epitaciolândia	128.828	3,53
Porto Acre	255.306	6,99
Rio Branco	859.369	23,53
Sena Madureira	54.438	1,49
Senador Guiomard	24.604	0,67
Xapuri	434.112	11,88
Plácido de Castro	8	0,00
Boca do Acre	439.283	12,03
Lábrea	26.865	0,74
Total	3.652.698	100,00

Fonte: ACRE (2007) e Reis & Reyes (2006).

Existe uma forte pressão sobre os recursos naturais por parte das comunidades em ambas margens do Rio Acre, com a presença de atividades extrativistas, agricultura de subsistência, criação de gado, extração de recursos florestais, caça, entre outros. Também ocorre forte pressão sobre os recursos pesqueiros na área de fronteira pela demanda de pescado no Peru, que estimula a pesca predatória, principalmente por parte de pescadores brasileiros.

Segundo Reis & Reyes (2006), ao longo do Rio Acre e seus principais afluentes observa-se uma situação de uso e ocupação da terra bastante diversificada (Figura 2), com destaque para:

- projetos de colonização: assentamento para população de baixa renda, especialmente para agricultores sem terra;
- projetos de assentamento: para regularização e ocupação de áreas devolutas, visando o assentamento de famílias de origem rural e voltados basicamente para a agricultura e a pecuária;
- projetos de assentamento agroextrativistas: para viabilizar a exploração de recursos naturais pelos seringueiros, como é o caso da Reserva Extrativista Chico Mendes;
- concessões madeireiras: áreas da união concedidas a empresas privadas para exploração madeireira, especialmente do lado peruano;
- propriedades particulares: propriedades privadas, geralmente destinadas à agropecuária;
- estação ecológica: área delimitada legalmente como unidade de conservação;
- os núcleos urbanos de Assis Brasil, Brasiléia/Epitaciolândia e Xapuri (Brasil), Iñapari (Peru), Cobija, San Pedro de Bolpebra e Porvenir (Bolívia);
- terras indígenas: áreas delimitadas legalmente para comunidades indígenas nativas.

Esta área encontra-se na região de influência de um dos novos eixos de integração regional, a “Estrada do Pacífico”, que ligará o Brasil aos portos do Pacífico (Brown *et al.*, 2002), cuja ocupação tem levado a uma mudança na cobertura vegetal original, provocada principalmente por desmate e queima dentro da bacia. Esse desmatamento concentra-se principalmente nas proximidades dos centros urbanos e das principais estradas e ramais.

A zona agropecuária de atividade mais intensa está localizada próximo aos centros urbanos de Epitaciolândia, Brasiléia e Cobija, nos projetos de assentamento e colonização e ao longo da BR-317, no lado brasileiro da bacia (Reis & Reyes, 2006).

[figura]

Fonte: Base de dados ZEE-Acre (2006), ANA-Peru (2009) e Herencia-Bolívia (2010).

Figura 2. Usos da terra na bacia hidrográfica do Rio Acre

O Rio Acre nasce em território peruano, nas terras acidentadas da área de influência do Rio Iaco e Rio das Pedras, em cotas da ordem de 400 m e corre na direção Oeste-Leste, deixando-o na altura da

municipalidade de Iñapari, e segue fazendo fronteira com Brasil e Bolívia (ACRE, 2000; 2006). Segundo dados de ACRE (2004), a nascente no ponto de 10°57' latitude S e 69°34' longitude W é divisória entre o estado do Acre e a República do Peru e, a partir desse ponto, as coordenadas aproximadas 11°01' S e 69°34' W são divisórias entre o estado do Acre e a República da Bolívia.

Os limites da porção da bacia hidrográfica do Rio Acre situada no estado do Acre são:

- a Nordeste: as nascentes da bacia hidrográfica do Rio Iquiri, no município de Senador Guimard;
- a Leste: o Rio Xipamanu no município de Plácido de Castro e o igarapé Rapirrã, no município de Capixaba;
- ao Sul: as Repúblicas da Bolívia e do Peru, no fronteira dos municípios de Brasiléia e Assis Brasil;
- a Oeste: a bacia hidrográfica do Rio Iaco;
- a Noroeste: a microbacia hidrográfica do Riozinho do Andirá, no município de Bujari;
- ao Norte: a linha de fronteira entre Acre, Amazonas e Rondônia, denominada Linha Cunha Gomes.

O Rio Acre percorre mais de 1.190 km desde suas nascentes até a sua desembocadura, na margem direita do Rio Purus¹, em altitudes de 70 m a 100 m (Figura 3).

[figura]

Fonte: Silva (2007).

Figura 3. Dados altimétricos da bacia hidrográfica do Rio Acre.

De modo geral, a topografia da bacia hidrográfica do Rio Acre caracteriza-se por apresentar valores de elevação entre 300 m e 430 m próximo às cabeceiras, e entre 150 m a 300 m a partir daí para a jusante (Acre, 2000 e 2006; Reis & Reyes, 2006). O relevo tem o aspecto de uma planície em forma de terraços aluviais de feições aplainadas, resultado de uma acumulação fluvial, sujeita a inundações periódicas, comportando meandros abandonados, ligados com ou sem a ruptura de declive a patamar mais elevado (ACRE, 2000). As classes de relevo classificam-se em relevo plano, com declividade de 0% a 3%, a ondulado, com declividade de 12% a 20% (Figura 4).

[figura]

Fonte: Silva (2007).

Figura 4. Classe de relevo na bacia hidrográfica do Rio Acre

A bacia hidrográfica do Rio Acre drena um substrato formado em grande parte por unidades geológicas muito jovens, a Formação Solimões e os Terraços Aluvionares Antigos, que acompanham as principais drenagens e os sedimentos recentes dos rios (Almeida *et al.*, 2004). A Formação Solimões é

¹ Ministério dos Transportes (<http://www.transportes.gov.br/bit/hidro/detrioacre.htm>).
CNRH/CTGRHT/Relatório do Grupo de Trabalho do Rio Acre

constituída predominantemente por rochas sedimentares argilosas sílticas fossilíferas, intercaladas por arenitos finos com estratificação cruzada, depositados em um sistema de leques aluviais, com nascentes nos contrafortes andinos peruanos. Os Terraços Aluvionares Antigos são constituídos de areia, silte e argila. O material em suspensão trazido pelo rio é depositado nas planícies aluvionares atuais e antigas que incluem depósitos de barras em pontal (praias) e planícies de inundação (Almeida *et al.*, *op. cit.*).

A rede de drenagem da bacia hidrográfica do Rio Acre é caracterizada por rios sinuosos e volumosos, escoando suas águas no sentido Sudoeste a Nordeste, e por estreitas planícies fluviais de deposição de sedimentos retirados pela erosibilidade das águas sobre as margens (ACRE, 2000). Entre os principais afluentes do Rio Acre estão os rios Xapuri, Riozinho do Rola, Antimary e Riozinho do Andirá (ACRE, 2000; 2006) (Figura 5). Do lado peruano, na parte alta da bacia, os principais afluentes são os igarapés Yaverija, Plata e Río Blanco. Do lado boliviano, dentre outros, destacam-se os igarapés Piaui, Buenos Ayres e Bahia. Os igarapés Noaya e San Miguel, embora deságuem no Rio Acre em terras bolivianas, nascem no Peru (Reis & Reyes, 2006). O Rio Acre apresenta um caudal médio de 22,4 m³/s na estiagem, enquanto os afluentes principais apresentam caudal meandriforme, tendo o Igarapé Noaya 0,30 m³/s e o Igarapé Yaverija, 3,57 m³/s (INAE, 1996).

[figura]

Fonte: ZEE-ACRE (2006), ANA-Peru (2009), Herencia-Bolívia (2010).

Figura 5. Rede hidrográfica da bacia hidrográfica do Rio Acre

O período de águas altas vai de janeiro a maio aproximadamente, e o de águas baixas, de junho a dezembro. O trecho de Boca do Acre a Rio Branco é navegável e tem 311 km de extensão e uma profundidade mínima de 0,80 m em 90% do percurso. Em Rio Branco as profundidades são mais reduzidas, possibilitando a navegação apenas durante a época das cheias. São 635 km de percurso dentro do Brasil, com acentuada sinuosidade e larguras inferiores a 100 m. O trecho à jusante de Rio Branco até a sua foz em Boca do Acre é considerado a continuação da hidrovía do Rio Purus para acesso à capital do estado (ACRE, 2000).

A descarga do Rio Acre medida em Rio Branco alcança 1.700 m³/s em épocas de índices pluviométricos elevados e 80 m³/s em épocas de pouca precipitação. Possui uma descarga média de 350 m³/s (ACRE, 2000; 2004).

O regime fluviométrico corresponde à elevação máxima anual durante o período das cheias, ocasião em que as águas ocupam toda faixa da planície fluvial, normalmente ocupada pela vegetação ciliar, regulando o escoamento, que é acrescido pelas águas provenientes dos interflúvios. Elas provocam inundações que chegaram a atingir, no Rio Acre, o nível de 17,60 m em 1997. Levando em consideração que a altura média da margem é de 12,90 m, esse nível chega a ser preocupante para a Defesa Civil do Estado, pois o número de desabrigados é grande. Num longo período de estiagem, a diminuição das águas

atinge níveis médios de 1,90 m. Essa movimentação de descida e subida das águas obedece ao regime pluviométrico, que corresponde à maior ou menor intensidade das chuvas anuais na bacia hidrográfica (ACRE, 2000; 2004 e 2006).

O Rio Acre tem experimentado eventos extremos alternados com secas severas e grandes inundações, provocando danos sociais e econômicos importantes na região. Segundo dados da Defesa Civil, em 2005 o nível mínimo do Rio Acre em Rio Branco foi de 1,64 m em setembro, e o nível máximo foi de 14,42 m em fevereiro. Durante a fase de seca enfrentada naquele ano, o baixo nível do rio dificultou a coleta de água para tratamento e distribuição para a população de Rio Branco (Figura 6). Em 2006 esses valores foram de 1,95 m e 16,72 m, respectivamente os níveis mínimo e máximo. Uma grande inundação desabrigou milhares de famílias em Rio Branco. A Figura 7 mostra o comportamento do Rio Acre a partir de cotas médias mensais de janeiro de 2000 a dezembro de 2009.

[figura]

Fonte: Defesa Civil Estadual (2006).

Figura 6. Cota mínima do Rio Acre no período de 1970 a 2005, em Rio Branco, Acre

[figura]

Fonte: Defesa Civil Estadual (2010).

Figura 7. Cotas médias mensais do Rio Acre, de janeiro de 2000 a dezembro de 2009, em Rio Branco

A região da bacia apresenta um clima de zona tropical úmida pertencente ao grupo A (Clima Tropical Chuvoso), segundo o sistema de classificação de Köppen, com tendência a tropical subúmida. Abrange o tipo climático Am (chuvas do tipo monção), apresentando uma estação seca de pequena duração, em consequência dos elevados totais de precipitação (ACRE, 2000; ACRE, 2004). Os períodos de seca ocorrem principalmente nos meses de abril a agosto, com temperaturas altas durante o dia, baixas na noite e ocorrência de friagens temporárias. A temperatura média anual está em torno de 26° C, a máxima média é de 38° C, e a temperatura mínima em torno de 8° C (INADE, 1996; Saavedra, 2001; OEA, 1998).

A elevada pluviosidade registrada é um dos fatores característicos desta região, apresentando uma média de 1.915 mm anuais. O período chuvoso inicia-se praticamente em setembro, prolongando-se até abril ou maio. O primeiro trimestre do ano apresenta o maior acúmulo de chuvas. Na área de Iñapari, a precipitação média anual é de 1.837 mm, a evapotranspiração potencial anual é de 1.204 mm e a evapotranspiração real é igual a 1.182 mm (ACRE, 2000; INADE, 1996). Segundo Peñafiel (2002), o Departamento de Pando encontra-se entre as isoietas de 1.500 a 1.800 mm. Para o período 1944-1990, Cobija apresentou médias mensais que oscilaram entre 24 mm e 229 mm mensais.

A bacia hidrográfica do Rio Acre apresenta solos bem diversos em termos de desenvolvimento pedológico, em função, principalmente, das diferenças de relevo e do material de origem entre o início da bacia e as cabeceiras (Reis & Reyes, 2006). Na parte alta da bacia ocorrem solos Argissolos (vermelho distrófico latossólico, vermelho eutrófico abruptico plântico e amarelo eutrófico plântico), Luvisolos (hipocrômico órtico típico), Alissolos (crômico argilúvico) e Gleissolos (háptico Ta eutrófico) (Amaral, 2003, *in* Reis & Reyes, 2006). Nas áreas próximas às nascentes o relevo é muito ondulado e o material de origem tem boa fertilidade natural, dando origem a solos jovens (Cambissolos, Vertissolos e Luvisolos), pouco intemperizados, ricos principalmente em cálcio. Já próximo à região mais baixa da bacia o relevo tende a ser plano e o material de origem tem baixa fertilidade natural, ocorrendo solos bem intemperizados (Argissolos e Latossolos) e de baixa fertilidade (Reis & Reyes, *op. cit.*). Na área da Rodovia Interoceânica (Brasil-Peru) predominam solos limosos com presença de areias e solos argilosos com compacidade média a fina e coloração vermelha. São solos edaficamente de textura regular para atividade agrícola e pecuária (INADE, 1996, *in* Reis & Reyes, *op. cit.*).

Na bacia hidrográfica do Rio Acre as fisionomias vegetais encontradas são representadas pelo Domínio da Floresta Ombrófila Aberta associado às rochas sedimentares de idade pliopleistocênica da sub-região dos Baixos Platôs da Amazônia, dissecada na forma de interflúvios colinosos ou em relevo ondulado (ACRE, 2000). As fisionomias abertas de palmeiras e as fisionomias abertas de bambus são as mais encontradas (Figura 8).

[figura]

Fonte: Silva (2007).

Figura 8. Cobertura vegetal da bacia hidrográfica do Rio Acre

Segundo Saavedra (2001), o Rio Acre foi descoberto por um cearense em 1860. Cinco anos depois a Real Sociedade Geográfica de Londres enviou uma comissão a cargo do Geógrafo William Chandless, que explorou todo o seu curso. Atraídos pela grande quantidade de borracha existente nas suas matas ciliares, os cearenses iniciaram sua exploração em 1879, e vinte anos mais tarde o Ministro Plenipotenciário da Bolívia funda Puerto Alonso para tomar posse da região, mas esta já se encontrava povoada por mais de 30.000 brasileiros, em sua maioria, cearenses. Com a guerrilha surge o Acre na região trinacional de Bolpebra, na ponta Noroeste de Bolívia, influenciado pelos igarapés peruanos San Miguel e Noaya e pelo igarapé boliviano Piapi. O Rio Acre era conhecido como “Aquiry” – rio das flechas –, e “Enosagua”, que significa rio amarelo, provavelmente devido a elevada turbidez de suas águas. Era também denominado pelos indígenas de “Magarinarran”, devido a alta velocidade de corrente de suas águas (Saavedra, 2001).

A bacia hidrográfica do Rio Acre apresenta diferentes usos e ocupações do solo, com um processo acentuado de pressão antrópica sobre a floresta para implantação da pecuária e agricultura. O aumento populacional e as mudanças no uso da terra têm provocado a intensificação dos processos de

desmatamento e queimadas, transformando a floresta em ecossistemas emergentes. Segundo Cots *et al.* (2007) 241.500 ha de áreas foram afetadas por incêndios em Pando no ano 2005, das quais 123.510 ha foram de florestas, inclusive em áreas de proteção ambiental. Pantoja e Brown (2009) estimaram que 337.000 ha a 417.000 ha de florestas foram impactados por incêndios naquele mesmo ano, e que 372.000 a 566.900 ha de áreas foram abertas no Leste do estado do Acre, incluindo as áreas de fronteira entre o Brasil, Peru e Bolívia.

Esta bacia tem sido alvo de intensas transformações, com destaque para a construção da Estrada Interoceânica, destinada ao escoamento dos produtos brasileiros para os mercados internacionais, através dos portos peruanos no Pacífico (Brown *et al.*, 2002), e para a produção de etanol no Acre, dentre outras atividades de importância a serem consideradas no processo de gestão.

III.2. Comunidades indígenas na bacia hidrográfica do Rio Acre

Segundo Huertas (2002), na área da bacia hidrográfica do Rio Acre ainda se encontram povos indígenas isolados. Tentativas de reconstituição da história linguística sugerem que, no passado, os Amahuacas instalaram-se nas zonas interfluviais das bacias dos rios Madre de Dios e Purus, estendendo-se ao território brasileiro. Atualmente os Machineri, provavelmente, um subgrupo dos Yine, habitam a Comunidade Nativa de Bélgica no Rio Acre, nas proximidades do Igarapé Noaya. Na área de fronteira Brasil-Peru encontram-se as Terras Indígenas das Cabeceiras do Rio Acre, a Comunidade Nativa de Bélgica e uma pequena parte das Terras Indígenas Mamoadate, onde se localizam as aldeias indígenas Jaminawa, Jaminawa-Anaya, São Lourenço, Arawak e Mamoadate.

Quanto aos Yine, que vivem em isolamento total, não se tem dados sobre suas características físicas, culturais e demográficas, mas alguns pesquisadores acreditam que a população total chegue a 1.000 indivíduos (Huertas, 2002). Com relação aos povos isolados dos rios Yaco-Tauhamano, não se tem claro sua identidade, mas acredita-se que se trata de um povo Pando. Estas afirmações são respaldadas pelas descrições de alguns moradores Jaminawa da Reserva Indígena Mamoadate no Rio Yaco, no estado do Acre, que os denominam de “Masko” (Huertas, 2002). Segundo a OEA (1998), registra-se também a presença de grupos Yaminahua sobre o rio Acre, acima de Bélgica, nas proximidades de Assis Brasil, em frente a Iñapari.

O município de San Pedro Bolpebra, também pertencente à bacia, apresenta duas áreas (Mukden e Chapacura), subdivididas em três distritos e treze comunidades, das quais apenas duas são de filiação étnica indígena. Os Yaminahua e Machineri habitam as comunidades de Yaminahua e San Miguel ao norte do município de Bolpebra. São de origem linguística Pando e conservam remanescentes culturais como seu idioma, sistema de parentesco e padrões de assentamento. Na região de Bolpebra falam-se o castelhano, o português, o yaminahua, o machineri, o quechua e o aymara (Rioja, 2000).

Segundo Arruda (2009), os atuais indígenas amazônicos da tríplice fronteira (Brasil-Bolívia-Peru), de filiação linguístico-cultural Arawak, são conhecidos no Brasil como *Manchineri*, e aqueles de filiação

linguístico-cultural Pano são conhecidos como *Jaminawa*. Na Bolívia são conhecidos por *Machineri* e *Yaminahua*, e no Peru os de filiação Arawak são nomeados *Piro/Yine*, e os de filiação Pano, *Yaminawa* (Tabela 2).

Tabela 2. Terras Indígenas Jaminawa e Manchineri na tríplice fronteira Brasil-Bolívia-Peru.

Terra Indígena (Povo)	População	Extensão (ha)	Município	País	Situação jurídica
Cabeceira do Rio Acre (Jaminawa)	450	78.512	Assis Brasil	Acre-Brasil	Registrada
Mamoadate (Jaminawa e Manchineri)	576	313.647	Sena Madureira Assis Brasil	Acre-Brasil	Registrada
Seringal Guanabara (Manchineri)	92	-	Assis Brasil	Acre-Brasil	A identificar
Comunidad Nativa Bélgica (Yiné/Piro/Manchineri)	90	53.300	Iñapari	Tahuamanu- Peru	Saneada
Tierra Comunitária de Origem Yaminahua – Machineri (Jaminawa e Manchineri)	102	41.920	Bolpebra	Pando- Bolívia	Saneada

Fonte: FUNAI (12/09/2005), Diretoria de Assuntos Fundiários; Mancomunidad Union Amazónica Filadelfia – Bolpebra (2006), *in* Arruda (2009).

III.3. Disponibilidade hídrica superficial na bacia hidrográfica do Rio Acre

Os dados aqui utilizados para o estabelecimento da disponibilidade hídrica desta bacia foram recortados dos dados gerados para o Diagnóstico dos Recursos Hídricos do Estado do Acre pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), para fins de elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Por este motivo, a terminologia Unidade de Gestão de Recursos Hídricos (UGRH) sempre vai aparecer.

A UGRH associada à bacia hidrográfica do Rio Acre, com aproximadamente 32.124 km², possui cinco estações fluviométricas instaladas com informações consistidas para a condução de estudos hidrológicos. O Quadro 1 apresenta informações importantes das estações, e a Figura 9 ilustra em detalhe a área da bacia considerada.

Quadro 1. Estações fluviométricas do Rio Acre e período de observações dentro do estado do Acre

Estação	Nome	Rio	Município	Início	Fim
13450000	Assis Brasil	Rio Acre	Assis Brasil	07/1982	11/2008
13470000	Brasiléia	Rio Acre	Brasiléia	07/1982	11/2008
13550000	Xapuri	Rio Acre	Xapuri	09/1967	11/2008
13580000	Fazenda Santo Afonso	Rio Branco	Rio Branco	01/1998	11/2008
13600002	Rio Branco	Rio Acre	Rio Branco	08/1967	11/2008

[figura]

Figura 9. Detalhe da bacia hidrográfica do Rio Acre com seus afluentes e estações fluviométricas no Acre

Na calha do Rio Acre estão instaladas quatro estações de monitoramento, mas como a estação 13600002 está localizada mais a jusante, as vazões características para este posto representam o comportamento hidrológico de toda a área de contribuição da bacia, com exceção da porção formada pelos afluentes (Rio Antimari e Riozinho do Andirá) que deságuam no Rio Acre fora do estado.

Os Quadros 2, 3 e 4 apresentam respectivamente, as vazões específicas médias, mínimas e máximas para as estações instaladas no território da bacia hidrográfica do Rio Acre.

Quadro 2. Vazões específicas médias (L/s.km²) para as estações instaladas no Rio Acre

Estação	Vazões específicas médias (L/s.km ²)					
	Qmld			Q ₅₀		
	Anual	Seco	Chuvoso	Anual	Seco	Chuvoso
13450000	13,82	3,16	22,92	2,74	4,34	11,77
13470000	19,10	6,53	31,17	8,81	4,38	21,75
13550000	29,32	10,39	45,58	17,32	7,92	38,79
13580000	18,07	3,14	31,41	7,32	1,21	27,75
13600002	15,32	4,11	26,93	7,61	2,94	24,44

Quadro 3. Vazões específicas mínimas (L/s.km²) para as estações instaladas no Rio Acre

Estação	Vazões específicas mínimas (L/s.km ²)							
	Q _{7,10}		Q ₉₀			Q ₉₅		
	Anual	Chuvoso	Anual	Seco	Chuvoso	Anual	Seco	Chuvoso
13450000	0,36	0,69	0,81	0,91	2,28	0,68	0,48	1,16
13470000	1,75	2,79	2,91	1,28	5,80	2,40	0,91	3,20
13550000	2,23	3,75	5,30	3,29	13,19	4,13	2,32	9,09
13580000	0,05	1,65	0,52	0,23	6,45	0,29	0,14	4,37
13600002	0,97	2,99	1,98	1,45	7,68	1,58	1,05	5,51

Quadro 4. Vazões específicas máximas (L/s.km²) para as estações instaladas no Rio Acre

Estação	Vazões específicas máximas (L/s.km ²)					
	Período de retorno T (anos)					
	2	10	20	50	100	
13450000	253,73	356,96	383,87	412,94	431,62	

13470000	170,25	236,01	256,00	279,25	295,20
13550000	151,11	194,38	206,77	220,79	230,17
13580000	84,83	99,03	102,54	106,22	108,52
13600002	63,97	77,11	80,99	85,43	88,44

A partir do cálculo da área de drenagem, na seção do Rio Acre que atravessa a fronteira do estado, foram determinadas as vazões características acumuladas para a bacia. A área de drenagem calculada em SIG corresponde, portanto, à fronteira do Rio Acre com o Amazonas, qual seja 25.931,60 km² (Fronteira do Rio Acre), representando 81% do território da UGRH.

Os Quadros 5, 6 e 7 apresentam as vazões nas seções de fronteira do Rio Acre.

Quadro 5. Vazões médias (m³/s) na fronteira do Rio Acre

Rio	Vazões médias (m ³ /s)					
	Qmld			Q ₅₀		
	Anual	Seco	Chuvoso	Anual	Seco	Chuvoso
Rio Acre	397,27	106,58	698,34	197,34	76,24	633,77

Quadro 6. Vazões mínimas (m³/s) na fronteira do Rio Acre

Rio	Vazões mínimas (m ³ /s)							
	Q _{7,10}		Q ₉₀			Q ₉₅		
	Anual	Chuvoso	Anual	Seco	Chuvoso	Anual	Seco	Chuvoso
Rio Acre	25,15	77,54	51,34	37,60	199,15	40,97	27,23	142,88

Quadro 7. Vazões máximas (m³/s) na fronteira do Rio Acre

Rio	Vazões máximas (m ³ /s)					
	Período de retorno T (anos)					
	2	10	20	50	100	
Rio Acre	1.658,84	1.999,59	2.100,20	2.215,34	2.293,39	

III.4. Índices pluviométricos na bacia hidrográfica do Rio Acre

Os índices pluviométricos determinados com base nos períodos anual e semestral são discutidos no contexto do estado. Com as precipitações espacializadas, foi possível utilizar os divisores de água da bacia prioritária para identificar as precipitações médias. Analisando a precipitação total anual, pode-se afirmar que em média chove 1.959 mm no Estado do Acre, com um desvio padrão de 223 mm. No semestre seco, chove em média 485 mm, com desvio padrão de 109 mm. E no semestre chuvoso, em média ocorre uma precipitação total de 1.146 mm, com 129 mm de desvio padrão.

A UGRH associada à bacia hidrográfica do Rio Acre, com aproximadamente 27.625 km², possui instaladas oito estações pluviométricas. O Quadro 8 apresenta as estatísticas das chuvas para a bacia hidrográfica do Rio Acre, e a Figura 10 ilustra a distribuição da precipitação total anual na bacia.

Quadro 8. Estatísticas das precipitações totais na Bacia do Rio Acre, no estado do Acre

Estatística	Precipitação (mm)		
	Panual	Pseco	Pchuvoso
Média	1.757	390	1.046
Desvio padrão	142	41	99

[figura]

Figura 10. Distribuição da precipitação total anual na bacia hidrográfica do Rio Acre, dentro do estado do Acre

Verifica-se um padrão de ocorrência das chuvas no estado do Acre, com redução dos totais precipitados ocorrendo sempre do Norte para o Sul.

III.5. Considerações gerais sobre disponibilidade dos recursos hídricos superficiais na bacia hidrográfica do Rio Acre

A fim de considerar a sazonalidade do regime hidrológico no diagnóstico da disponibilidade hídrica na Bacia do Rio Acre foram analisados, separadamente, o período anual e os semestres seco e úmido. As estimativas de vazões mínimas, médias e máximas foram realizadas, de modo simplificado, utilizando o método das vazões específicas. Para sintetizar as informações produzidas em conhecimento de fácil visualização, os Quadros 9 a 12 apresentam as vazões características associadas às UGRH e totalizadas para o estado do Acre.

Quadro 9. Vazões médias de longo período (Q_{mld}) e vazões associadas a 50% de permanência (Q_{50})

UGRH	Área (km ²)	Vazões médias (m ³ /s)					
		Q_{mld}			Q_{50}		
		Anual	Seco	Chuvoso	Anual	Seco	Chuvoso
Rio Purus	61.707	1.439,3	383,3	2.466,9	680,7	228,0	2.143,3
Rio Acre	32.124	397,3	1.06,6	698,3	197,3	76,2	633,8
Total Acre		4.015,9	1.291,4	6.706,3	2.328,3	825,1	6.058,8

A distribuição da disponibilidade hídrica média do estado do Acre nas UGRH (Q_{mld} Anual) demonstra que a contribuição do Rio Acre é de 10%.

É importante ressaltar que a distribuição das vazões características anuais nas UGRH possui comportamento similar quando comparada com as vazões associadas aos semestres seco e chuvoso. Dessa forma, os gráficos que apresentam o comportamento anual caracterizam também a distribuição de vazões nos semestres.

Quadro 10. Vazões mínimas com sete dias de duração e recorrência de 10 anos ($Q_{7,10}$) e vazões associadas às permanências de 90% e 95% de permanência (Q_{90} e Q_{95})

UGRH	Vazões mínimas (m^3/s)							
	$Q_{7,10}$		Q_{90}			Q_{95}		
	Anual	Chuvoso	Anual	Seco	Chuvoso	Anual	Seco	Chuvoso
Rio Purus	46,0	192,8	109,8	69,4	606,6	85,5	47,0	393,8
Rio Acre	25,2	77,5	51,3	37,6	199,2	41,0	27,2	142,9
Total Acre	195,0	751,6	436,3	283,4	2.037,1	338,2	203,7	1.461,2

A distribuição da disponibilidade hídrica mínima do estado do Acre nas UGRH (Q_{90} Anual) demonstra que a contribuição do Rio Acre é de 12%.

Quadro 11. Vazões máximas (m^3/s) nas UGRH do estado do Acre

UGRH	Vazões máximas (m^3/s)				
	Período de retorno T (anos)				
	2	10	20	50	100
Rio Purus	6.671,7	8.099,5	8.481,5	8.900,8	9.174,5
Rio Acre	1.658,8	1.999,6	2.100,2	2.215,3	2.293,4

No diagnóstico dos eventos climatológicos, a distribuição espacial das lâminas médias das precipitações totais anuais e dos semestres seco e chuvoso possibilitou obter as precipitações médias para as UGRH estabelecidas no Acre (Quadro 4). A distribuição espacial dos totais precipitados mostrou que as maiores lâminas precipitadas ocorrem na região norte do estado, na fronteira com o Amazonas, especificamente na região noroeste do Acre, drenado pelas bacias dos rios Juruá, Tarauacá, Envira e Jurupari. As precipitações decrescem no sentido Noroeste-Sudeste no Estado, de forma que chove menos na cabeceira das bacias hidrográficas dos rios Acre e Abunã.

No estado do Acre, a precipitação total anual é em média 1.959 mm, e nos semestres seco e chuvoso, em média de 485 mm e 1.146 mm, respectivamente. Comparando os valores, observa-se que as precipitações totais nos semestres seco e chuvoso equivalem, respectivamente, a 25% e 60% das chuvas totais anuais.

Quadro 12. Precipitações totais nas UGRHs e em todo Estado do Acre

UGRH	Precipitação (mm)		
	Panual	Pseco	Pchuvoso
Rio Purus	1.903	451	1.099
Rio Acre	1.757	390	1.046
Estado do Acre	1.959	485	1.146

IV. ANÁLISE DO MARCO LEGAL PARA A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS TRANSFRONTEIRIÇOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ACRE

As relações entre nações vizinhas e os limites da soberania nacional são cada vez mais condicionados pelas discussões socioambientais, pois aumenta cada vez mais a compreensão de que somos interdependentes. Esse entendimento deriva do reconhecimento da existência de uma interligação entre os aspectos naturais e sociais. Neste, o ciclo hidrológico depende das condições geográficas, climáticas e meteorológicas para a manutenção de seu equilíbrio, que sofre influência da ação antrópica. O despertar destas condicionantes e a visão de que os países são interdependentes no que se refere aos aspectos ambientais aponta para a necessidade de uma gestão integrada dos recursos naturais compartilhados. Segundo Le Prestre (2000), “as questões ambientais contém efeitos transfronteiriços, os Estados não podem explorar os recursos naturais sem levar em consideração seus vizinhos”.

A gestão conjunta dos recursos hídricos transfronteiriços tem se apresentado como uma solução aos problemas ocasionados pela interdependência física entre os países, constituindo-se no grande desafio para a mitigação dos problemas supranacionais, pois requer a cooperação entre os atores locais, regionais, nacionais e internacionais, que são corresponsáveis pela bacia, através de acordos e tratados específicos a cada contexto. No sentido de corroborar com esta idéia Alemar (2006) especifica que:

“[...] no plano interno as normas compõem uma estrutura piramidal na qual a Constituição Federal ocupa o topo e daí defluem as normas das constituições estaduais, leis orgânicas municipais e as demais leis e atos normativos. Nas relações internacionais esta estrutura não existe, o tratamento que cada país confere a uma norma internacional varia de acordo com o disposto em sua lei interna, o que determina como a respectiva norma será recepcionada pelo seu direito interno. A estrutura horizontal e descentralizada da sociedade internacional dá aos países autonomia de obedecer apenas às normas com as quais tenham concordância, prevalecendo o princípio da isonomia entre os Estados.”

Diante dessa autonomia política prevista no direito internacional, os Estados Nacionais dispõem de ampla margem para efetivação de tratados e acordos dos quais são signatários, limitando o alcance e a eficácia desses atos elaborados em comum acordo pelos países envolvidos. Nesse contexto, passa-se a análise dos marcos regulatórios dos recursos hídricos dos países que conformam a bacia hidrográfica do Rio Acre.

IV.1. Aspectos legais e institucionais da gestão dos recursos hídricos no Brasil

No Brasil, os bens ambientais têm uma característica própria de dominialidade. Os bens ambientais, conforme determina o art. 225 da Constituição Federal de 1988, são bens de uso comum de todos. Tal preceito constitucional alterou a concepção tradicional quanto à classificação entre bens públicos e privados. Estabelece-se, assim, uma nova classificação com a consequente extinção do domínio privado da água² onde todos os corpos de água passam a ser de domínio público da União ou dos Estados.

O Brasil é uma República Federativa composta por 26 estados e o Distrito Federal, que sedia o Governo Federal, que representa a União. Os estados e a União são os dois níveis jurisdicionais em que a gestão de recursos hídricos ocorre. Existe também, em cada estado, a divisão municipal, criando-se mais um nível jurisdicional. Porém, a Constituição Brasileira de 1988, ao colocar os corpos d'água sob os domínios federal ou estadual, delimitou aos dois níveis mais amplos a atuação principal do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. De acordo com a Constituição Brasileira, são estaduais os rios que nascem e têm foz em território de um único Estado. Os demais se acham sob o domínio da União. No entanto, os potenciais hidráulicos em qualquer rio são bens da União, bem como as águas em depósito decorrentes de suas obras. Estes dispositivos dizem respeito à água e não às áreas das bacias hidrográficas. Por isto, poderá haver uma bacia hidrográfica com rios sob o domínio estadual e federal. As águas subterrâneas são de domínio dos estados.

Do ponto de vista de competência administrativa, a norma constitucional, em seu art. 21, inciso XIX, indica a competência da União para “instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso”. Por outro lado, no que tange à competência formal, nossa Carta Magna, no art. 22, inciso IV, determina a competência privativa da União para legislar sobre água. No parágrafo único deste mesmo art. 22, é previsto que lei complementar poderá autorizar os estados a legislar sobre esse assunto. Todavia, tal lei nunca foi editada.

A Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo VI, estabelece ainda as competências concorrentes (suplementares), ou seja, a atuação conjunta da União, dos estados e dos municípios: art. 23 – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; art. 24 – legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; e art. 30, I e II – legislar sobre assunto de interesse local.

A Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 – “Lei das Águas” – é o marco institucional dos recursos hídricos no Brasil, a partir da qual se estabelece o papel do Estado como regulador desses recursos, instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). Ainda no âmbito da Lei nº 9.433/1997, o art. 39, § 2º, prevê que nos Comitês de Bacia

² As águas do território brasileiro, até a promulgação da Constituição Federal de 1988, por força do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934 – “Código de Águas”, no tocante à dominialidade, poderiam ser privadas, nos termos do seu art. 8º.

Hidrográfica de rios fronteiriços e transfronteiriços a representação da União deverá incluir um representante do Ministério das Relações Exteriores.

A Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, que criou a Agência Nacional de Águas, órgão responsável por assegurar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, estipula que essa agência tem como prerrogativa “outorgar, por intermédio de autorização, o direito de uso de recursos hídricos em corpos de água de domínio da União” e também implementar, em articulação com os Comitês de Bacia Hidrográfica, a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União. As agências regulatórias, tanto no âmbito nacional quanto no estadual, constituem as instituições onde os recursos poderão ser acionados a partir da associação dessas duas prerrogativas. O art. 4º, § 1º, da Lei nº 9.984/2000 estabelece que, para disciplinar a implementação, operacionalização, controle e avaliação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, devem ser considerados os Acordos e Tratados, no caso de bacias hidrográficas compartilhadas com outros países.

Dentre os instrumentos legais estabelecidos para possibilitar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, destacam-se os planos de recursos hídricos em três âmbitos: nacional, estadual e por bacias hidrográficas. Os dois primeiros são planos estratégicos que estabelecem macrodiretrizes sobre os recursos hídricos do País e de suas unidades federativas. Os planos de bacia hidrográfica constituem um instrumento de planejamento de caráter mais operacional.

Quanto à gestão integrada dos recursos hídricos, a Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH) nº 15, de 11 de janeiro de 2001, estabelece em seu art. 5º que, no caso dos aquíferos transfronteiriços ou subjacentes a duas ou mais Unidades da Federação, o SINGREH promoverá a integração dos diversos órgãos dos governos federal, estadual e do Distrito Federal, que têm competências no gerenciamento de águas subterrâneas. O § 1º indica que os conflitos existentes deverão ser resolvidos em primeira instância entre os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal e, em última instância, pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos. No § 2º, define que, nos aquíferos transfronteiriços, a aplicação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos dar-se-á em conformidade com as disposições constantes nos acordos celebrados entre a União e os países vizinhos.

Para fomentar a gestão compartilhada entre os países que compartilham bacias hidrográficas, foi criada a Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços – CTGRHT, instituída no âmbito do CNRH por sua Resolução nº 10, de 21 de junho de 2000 (modificada pela Resolução nº 73, de 14 de junho de 2007), com as seguintes competências relacionadas aos recursos hídricos transfronteiriços:

I – propor mecanismos de intercâmbio técnicos, legais e institucionais entre países vizinhos nas questões relacionadas com gestão de recursos hídricos;

II – analisar e propor ações conjuntas visando minimizar ou solucionar os eventuais conflitos;

III – propor diretrizes para gestão de recursos hídricos fronteiriços e transfronteiriços;

IV – discutir os problemas visando desenvolver ações e implementar soluções comuns, buscando otimização e alocação de recursos humanos e financeiros;

V – propor ações mitigadoras e compensatórias; e

VI – as competências constantes do Regimento Interno do CNRH e outras que vierem a ser delegadas pelo seu Plenário.

Com o intuito de contribuir para a gestão integrada dos recursos hídricos transfronteiriços, a CTGRHT propôs ao CNRH a Moção nº 9, de 14 de março de 2020, que “solicita solução dos problemas causados pela poluição, decorrente da falta de saneamento, da bacia do rio Quaraí, fronteira do Estado do Rio Grande do Sul com o Uruguai”, a Moção nº 14, de 11 de dezembro de 2002, que “solicita ações referentes aos problemas existentes na bacia do rio Apa”, e a Moção nº 29, de 29 de outubro de 2004, que “recomenda a implantação de Projeto Piloto de Gestão Integrada e Sustentável de Recursos Hídricos e Ambiental nas Bacias Transfronteiriças da Lagoa Mirim e do Rio Quaraí”. A primeira e a terceira moções possibilitaram ações específicas para a resolução dos problemas, mas o tratamento do tema ainda precisa de maior institucionalização. A segunda moção resultou em acordo bilateral entre o Brasil e o Paraguai, já tendo os dois países internalizado o acordo assinado em 11 de setembro de 2006.

IV.2. Aspectos legais e institucionais da gestão de recursos hídricos no estado do Amazonas

O estado do Amazonas segue em linhas gerais as orientações da Política Nacional de Recursos Hídricos. Por meio da Lei Estadual nº 3.167, de 27 de agosto de 2007, estabelece as normas disciplinadoras da Política Estadual de Recursos Hídricos e do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, os quais, por sua vez, são regulamentados pelo Decreto nº 28.678, de 16 de junho de 2009.

Os instrumentos previstos na Política Estadual de Recursos Hídricos são: plano estadual de recursos hídricos, planos de bacias hidrográficas, enquadramento dos corpos d'água, outorga de direito de uso dos recursos hídricos, cobrança pelo uso dos recursos hídricos, fundo estadual de recursos hídricos, sistema estadual de informações sobre recursos hídricos, zoneamento ecológico-econômico do estado do Amazonas e plano ambiental do estado do Amazonas.

A Política Estadual de Recursos Hídricos do estado do Amazonas é executada pelas seguintes entidades: Secretaria Executiva de Geodiversidade e Recursos Hídricos – SEGEORH, Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM, Conselho Estadual de Recursos Hídricos (49 instituições) e o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Tarumã-Açu (35 instituições).

Conforme a Nota Técnica nº 001/10 da SEGEORH, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/AM), disciplinado pelo Decreto nº 25.037, de 1º de junho de 2005, é o órgão consultivo e deliberativo, integrante do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do estado do Amazonas. Atualmente o CERH/AM está em fase de instrumentalização do Decreto de Normatização para criação dos Comitês de Bacia Estaduais que irão gerenciar e conduzir as políticas para diferentes porções do Estado do Amazonas.

IV.3. Aspectos legais e institucionais da gestão de recursos hídricos no estado do Acre

O estado do Acre, a partir da orientação emanada da Política Nacional de Recursos Hídricos, e na busca de desenvolver ações voltadas ao desenvolvimento sustentável relacionadas aos recursos hídricos, instituiu por meio da Lei Estadual nº 1.500, de 15 de julho de 2003, a Política Estadual de Recursos Hídricos, a qual elenca princípios, diretrizes, objetivos e instrumentos de gestão, e cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

A Política Estadual de Recursos Hídricos do estado do Acre tem por instrumentos (art. 8º), entre outros elencados na Lei nº 9.433/1997, a gestão sistemática dos recursos hídricos, o plano estadual de recursos hídricos, o plano estadual de meio ambiente e o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos no Acre – SIRENA (inserido no âmbito do Sistema Estadual de Meio Ambiente – SEIAM), inovando ao incluir como instrumentos de gestão a educação ambiental, o zoneamento ecológico-econômico e o Fundo Especial de Meio Ambiente – FEMAC, criado pela Lei nº 1.117, de 26 de janeiro de 1994.

Por sua vez, o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, nos termos do art. 43 da Lei Estadual nº 1.500, de 15 de julho de 2003, tem entre suas atribuições a coordenação integrada das águas no estado, a implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos, o planejamento, a regulação e o controle o uso, a preservação e a recuperação dos recursos hídricos localizados no estado, a viabilização das condições de outorga e a promoção da cobrança pelo uso de recursos hídricos, assim como também proporcionar meios para a elaboração de normas e aprovação de projetos de utilização de recursos hídricos do estado.

O Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos³ é composto pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – CEMACT⁴ (instância deliberativa máxima no tocante às questões relacionadas aos recursos hídricos no estado do Acre), Câmara Técnica de Recursos Hídricos, Comitês de Bacia Hidrográfica, Instituto do Meio Ambiente do Acre – IMAC, órgãos federais, estaduais e municipais relacionados com a gestão, e agências de água.

O Estado do Acre, conforme se verifica na estrutura de gerenciamento de recursos hídricos, materializa a integração entre a gestão de águas e a gestão ambiental, ao estabelecer que as tomadas de decisões quanto a essas temáticas ocorram no âmbito de um só órgão, qual seja, no Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – CEMACT. É o que se verifica no art. 47 da Lei Estadual nº 1.500/2003, que entre outras atribuições, estabeleceu a criação, no âmbito do CEMACT, da Câmara Técnica de Recursos Hídricos, cujo objetivo é “propiciar efetiva avaliação de matérias relacionadas a recursos hídricos”.

O órgão gestor da Política Estadual de Recursos Hídricos do estado do Acre é a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, instituída pela Lei Estadual Complementar nº 115, de 31 de dezembro de 2002, por intermédio do Departamento de Gestão de Água e dos Recursos Hídricos, criado em 2007. O Instituto

³ Consoante disposto nos arts. 43 a 49 da Lei Estadual nº 1.500/2003.

⁴ Criado pela Lei Estadual nº 1.022, de 21 de janeiro de 1992.

de Meio Ambiente do Acre – IMAC, por sua vez, é o órgão executor e fiscalizador da Política Estadual de Recursos Hídricos, sendo-lhe atribuída também a competência para concessão de outorga preventiva e outorga de uso de recursos hídricos.

O estado do Acre, em razão de sua localização geográfica específica, possui, em sua maioria, rios de domínio da União, seja porque nascem em território estrangeiro (Bolívia e Peru) ou porque são compartilhados com outros estados. No caso da bacia hidrográfica do Rio Acre, o compartilhamento acontece com o estado do Amazonas. Essa peculiaridade ocasionou a construção de uma política de gestão de recursos hídricos com foco na integração, o que possibilita a celebração de convênio com a União com o fim de coordenar a elaboração de planos relacionados a corpos d'água de domínio da União no estado do Acre⁵, para os fins de realização e atualização do enquadramento dos corpos d'água federais localizados no estado, e de viabilizar a delegação para outorga de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União localizados no estado do Acre, conforme autoriza o art. 14, § 1º, da Lei Federal nº 9.433/1997.

No tocante à previsão de gestão compartilhada quanto aos recursos hídricos transfronteiriços, a Lei Estadual de Recursos Hídricos prevê em seu art. 6º que os órgãos e entidades do Estado do Acre deverão articular-se com os da União, para o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum localizados no estado do Acre, notadamente os de corpos d'água que têm origem em outros países, ressaltando o fato de que as ações do estado em corpos d'água transfronteiriços serão empreendidas em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores, e que o Poder Executivo estadual deverá contribuir para as boas relações com os países fronteiriços e para o cumprimento dos tratados internacionais que envolvam recursos hídricos celebrados entre o Brasil e os países vizinhos ao Acre.

IV.4. Aspectos legais e institucionais da gestão dos recursos hídricos na Bolívia

A lei que regulamenta o uso dos recursos hídricos na Bolívia data de 26 de outubro de 1906 (Lei de Águas). Sancionada três anos após a assinatura do Tratado de Petrópolis⁶, incluiu disposições que regulam a água como um bem público. O governo boliviano é a principal autoridade responsável pela gestão da água. Institui que a água que atravessa a propriedade pertence ao proprietário do terreno, desde que não limite o acesso aos demais usuários.

Em 1945, esta Lei foi minimamente modificada para especificar o direito à água para as comunidades que estão a jusante. Em 1988, o Senado elaborou um projeto para alterar a Lei das Águas e incluir disposições tais como estabelecer águas subterrâneas como domínio público e introduzir taxa de água aos agricultores com base na área beneficiada com infraestrutura de irrigação melhorada. Tentativas

⁵ Arts. 12, 19 e 26 da Lei Estadual nº 1.500/2003.

⁶ O Tratado de Petrópolis, firmado em 17 de novembro de 1903 na cidade brasileira homônima, formaliza a incorporação do Acre ao território brasileiro. Com esse acordo, o Brasil paga à Bolívia a quantia de 2 milhões de libras esterlinas e indeniza o *Bolivian Syndicate* em 110 mil libras esterlinas pela rescisão do contrato de arrendamento, firmado em 1901 com o governo boliviano. Em contrapartida, o Brasil cede algumas terras no Mato Grosso e compromete-se a construir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré para escoar a produção boliviana pelo rio Amazonas.

semelhantes ocorreram em 1995 e 1999, quando o governo – juntamente com o Banco Mundial e a agência de cooperação alemã GTZ – elaborou uma nova Lei da Água, incluindo alguns dos princípios fundamentais presentes na versão de 1988 e acrescentando disposições sobre o quadro institucional e as concessões de direitos de água. Apesar desses esforços para concentrar a gestão dos recursos hídricos em um único documento legal, os diferentes setores envolvidos no uso da água continuam a agir separadamente, de acordo com as várias leis no país que regem os recursos hídricos, tais como a Lei de Eletricidade, a Lei de Hidrocarbonetos, o Código de Mineração e a Lei do Meio Ambiente (Mattos, 2000).

A Lei das Águas, de 26 de outubro de 1906, ainda não foi substituída. No entanto, em 2008 foi promulgada nova Constituição na Bolívia em substituição à Constituição de 1967. A partir daí foi definido novo órgão encarregado da gestão dos recursos hídricos na Bolívia, o novo Ministério de Meio Ambiente e Água, que tem a missão de continuar com os esforços que vinham sendo feitos pelo extinto Ministério das Águas⁷. A atual administração visa o desenvolvimento de ações de gestão dos recursos hídricos na Bolívia no âmbito da política conhecida como “Água para Todos”. Particularmente, o atual governo por objetivos estabelecer uma gestão sustentável dos recursos hídricos de forma participativa e integrante, por meio da gestão de recursos hídricos como estratégia nacional, da bacia hidrográfica, do Plano Nacional da Água e do Setor de Informação; proteger os ecossistemas por meio de um Plano de Prevenção à Desertificação; aumentar a colaboração da sociedade civil, por meio de um plano de coordenação e mecanismos de reforço para a participação social.

O Ministério do Meio Ambiente e Água é o órgão que tem como missão desenvolver e executar políticas públicas, normas, planos, programas e projetos para a conservação, adaptação e aproveitamento sustentável dos recursos ambientais, assim, como o desenvolvimento da irrigação e saneamento básico com enfoque integral na proteção de bacias hidrográficas, preservando o meio ambiente, permitindo e garantindo o uso prioritário da água para a vida, respeitando os usos e costumes tradicionais.

A Carta Constitucional aprovada pelo Congresso Nacional boliviano em outubro de 2008 traz várias garantias à proteção do meio ambiente. Trata especificamente dos diferentes tipos de recursos naturais, tanto para a gestão como para o uso e posse desses bens.

Em sua nova Constituição, promulgada em janeiro de 2009, após aprovação do referendo pela população do país, em seu Capítulo V, Seção I, arts. 33 e 34, o Estado Boliviano assegura a todos o direito a um meio ambiente saudável, equilibrado e protegido. Apesar, de não especificar os recursos hídricos nessa defesa, a defesa ao meio ambiente protegido engloba uma série de direitos e deveres para a proteção ambiental, incluindo os recursos hídricos.

A nova Constituição boliviana detalha o tema meio ambiente, reservando um conjunto de artigos ao objetivo da proteção e conservação do mesmo como direito assegurado a toda a população boliviana.

⁷ O Ministério das Águas tinha as atribuições de planejar, executar, avaliar e fiscalizar as políticas e planos de serviço de água potável e saneamento básico, irrigação e manejo de bacias, águas internacionais e transfronteiriças, assim como o aproveitamento de todos os usos de água, em coordenação com os Ministérios das Relações Exteriores e Cultos e do Planejamento do Desenvolvimento.

Ao longo do Título II, o legislador preconiza uma série de direitos e obrigações referentes ao meio ambiente boliviano, dedicando uma parte ao tratamento dos recursos hídricos.

No capítulo V, artigo 373 ao 377, na seção que trata do meio ambiente, o legislador busca a defesa dos recursos hídricos bolivianos. Afirma que o Estado promoverá o uso e o acesso à água com base em uma série de princípios, como princípios da solidariedade, complementaridade, reciprocidade, equidade, diversidade e sustentabilidade. Assegura que o uso e a utilização dos recursos hídricos não serão de propriedade privada, garantindo que seu uso e outorga sejam estabelecidos por meio de lei.

Além disso, reconhece o uso prioritário da água para a vida. Assegura a utilização dos recursos hídricos pelas comunidades locais e campesinas desses recursos de forma sustentável. Também incumbe ao Estado realizar a gestão sustentável dos recursos hídricos, bem como desenvolver planos de uso, conservação, manejo e aproveitamento sustentável das bacias hidrográficas. Ainda, considera a água como bem estratégico para o desenvolvimento e a soberania boliviana.

Seguem abaixo alguns artigos da nova Constituição boliviana que remetem à questão dos recursos hídricos no país:

- Artigo 16: Situado no capítulo dos direitos fundamentais, assegura o direito à água e à alimentação enquanto direito garantido pelo Estado. Esse direito refere-se ao acesso ao recurso água com as mesmas condições de igualdade e equidade, e não se limita somente ao consumo, mas abrange também a garantia do acesso para uso na agricultura familiar, para a sobrevivência e para o desenvolvimento sustentável das comunidades.

- Artigo 255: Aqui se encontra especificado que as relações internacionais, a negociação, a assinatura e a ratificação dos tratados internacionais respondem aos fins do Estado, em função da soberania e dos interesses do povo, e deverão respeitar, entre outros, os princípios da promoção dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais; respeito aos direitos dos povos indígenas originários campesinos; harmonia com a natureza e defesa da biodiversidade; segurança e soberania alimentar para toda a população; acesso de toda a população aos serviços básicos para o seu bem-estar e desenvolvimento.

- Artigo 348: O primeiro parágrafo estabelece a importância de recursos tais como os hidrocarbonetos, a água, o ar, o solo, o subsolo, as florestas, a biodiversidade, os espectros eletromagnéticos e todos os elementos físicos susceptíveis de aproveitamento. O segundo parágrafo estabelece que os recursos naturais citados são de caráter estratégico e de interesse público para o desenvolvimento do país.

- Artigo 351: No seu terceiro parágrafo, estabelece que a gestão e a administração dos recursos naturais deverão garantir o controle e a participação social no desenho das políticas setoriais.

- Artigo 373: Estabelece que a água é um direito fundamentalíssimo para a vida e o seu acesso deve basear-se nos princípios da solidariedade, complementaridade, reciprocidade, equidade, diversidade e sustentabilidade. Institui ainda que os recursos hídricos superficiais ou subterrâneos constituem recursos finitos, vulneráveis, estratégicos e cumprem uma função social, cultural e ambiental. Não ser objeto de

apropriações privadas, e tanto eles como seus serviços não serão objeto de concessão e estão sujeitos a regime de licenças, registros e autorizações conforme a lei.

- Artigo 374: Diz que cabe ao Estado proteger e garantir o uso prioritário da água para a vida, e estabelece que é dever do Estado fazer a gestão, regular, proteger e planejar o uso adequado e sustentável dos recursos hídricos com participação social, garantindo o acesso à água para todos os habitantes, respeitando e reconhecendo os costumes das comunidades locais.

- Artigo 375: No seu primeiro parágrafo, preconiza que é dever do Estado desenvolver planos de uso e conservação, manejo e aproveitamento sustentável das bacias hidrográficas. No segundo parágrafo, estipula que o Estado regulará o manejo e a gestão sustentável dos recursos hídricos e das bacias hidrográficas para irrigação, segurança alimentar e serviços básicos, respeitando os usos e os costumes das comunidades. O terceiro parágrafo especifica que é dever do Estado realizar os estudos para a identificação de águas fósseis e sua proteção e manejo para um aproveitamento sustentável.

- Artigo 376: Estabelece que os recursos hídricos dos rios, lagos e lagoas que formam as bacias hidrográficas, pela suas potencialidades, variedade de recursos naturais e por ser parte fundamental dos ecossistemas, são considerados recursos estratégicos para a soberania e o desenvolvimento boliviano. Estabelece ainda que o Estado evitará ações em nascentes e zonas intermediárias dos rios que ocasionem danos aos ecossistemas ou diminuam os caudais, preservará o estado natural e cuidará para o desenvolvimento e o bem estar da população.

- Art. 377: Refere-se às diretrizes no tratamento e decisão sobre águas internacionais. O texto constitucional estabelece no primeiro parágrafo que todo tratado internacional que é assinado pelo Estado sobre os recursos hídricos garantirá a soberania do país e dará prioridade ao interesse do Estado. No segundo parágrafo, estabelece que o Estado resguardará de forma permanente as águas fronteiriças e transfronteiriças para a conservação da riqueza hídrica que contribuirá para a integração dos povos.

Verifica-se que, apesar de a Bolívia não ter uma lei geral voltada à gestão dos recursos hídricos, o novo texto constitucional da Bolívia recepciona de forma bastante ampla as diretrizes gerais para a formulação da política de recursos hídricos, e traz no Artigo 377 uma previsão concreta em relação aos recursos hídricos fronteiriços e transfronteiriços.

IV.5. Aspectos legais e institucionais da gestão dos recursos hídricos no Peru

A Carta Constitucional do Peru, de 1993, em seu Capítulo II, arts. 66 a 69, estabelece a defesa do meio ambiente e dos recursos naturais. Apesar de não especificar a gestão dos recursos hídricos no texto constitucional, ela garante ao Estado a gestão e a propriedade dos recursos naturais, bem como seu uso sustentável, que deve ser regulamentado por lei. A Constituição Política da República do Peru reserva três

artigos para tratar do procedimento de ratificação e incorporação de tratados ao direito interno⁸.

Em março de 2009, foi aprovada a Lei nº 29.338 (Lei de Recursos Hídricos), revogando o disposto na Lei nº 17.752, a terceira disposição complementar e transitória do Decreto Legislativo de nº 1.007, o Decreto Legislativo nº 1.081, que instituiu o Sistema Nacional de Recursos Hídricos – SNRH em 15 de outubro de 2008, o Decreto Legislativo nº 1.083, de 2008, que promovia o aproveitamento eficiente e a conservação dos recursos hídricos, assim como todas as demais disposições contrárias à nova Lei de Recursos Hídricos. Essa lei veio para regular a gestão dos recursos hídricos tanto por parte do poder público, bem como do seu uso pelos particulares. Reconhece a água como um bem natural e racional e preconiza a gestão de forma participativa e representativa. Considera a água um bem da nação, não podendo ser de propriedade privada, apenas podendo seu uso ser outorgado de acordo com a lei vigente.

A Lei nº 29.338/2009 estabelece que a água constitui patrimônio da nação, é bem de uso público, e o domínio sobre ela é inalienável e imprescritível. Sua administração só pode ser outorgada e exercida de maneira sustentável em harmonia com o bem comum, com a proteção ambiental e com o interesse da nação.

A nova legislação de recursos hídricos do Peru mantém vários elementos da revogada lei anterior, como o direito de uso que não permite a transferência, a possibilidade de suspender o direito de uso por falta de pagamento e as prioridades na distribuição. Essa normativa veio favorecer o fortalecimento e expandir as atribuições da Autoridade Nacional da Água⁹ – ANA, órgão gestor da política de recurso hídricos no Peru. Essa instituição possui um Tribunal de Controvérsias e um Conselho de Bacias, com participação dos governos regionais e locais. Na mesma lei, há uma codificação específica para as águas subterrâneas, as águas amazônicas, fenômenos naturais e infrações e sanções.

A Lei nº 29.338/2009, em seu art. 9º, estabelece o Sistema Nacional dos Recursos Hídricos – SINAGERH, cuja finalidade é articular as ações do Estado peruano, para conduzir os processos de gestão integrada e da conservação dos recursos hídricos nos âmbitos das bacias hidrográficas, dos bens associados, assim como estabelecer espaços de coordenação entre a administração pública e os atores envolvidos na gestão.

O art. 10 estabelece a finalidade do SINAGERH, que é coordenado por um conselho diretivo (art. 19). Entre as funções do conselho diretivo estão aprovar as políticas, os planos e as estratégias institucionais e aprovar o plano diretivo anual. O SINAGERH integra o Sistema Nacional de Gestão de Meio Ambiente e tem por finalidade possibilitar o aproveitamento sustentável, a conservação e o incremento dos recursos hídricos, assim como o cumprimento da Política e a Estratégia Nacional de Recursos Hídricos e o Plano Nacional em todos os níveis do governo e com a participação dos distintos usuários da água.

⁸ Vide arts. 55 a 57 da Constituição Política da República do Peru.

⁹ Decreto Legislativo nº 997, de 2008, cria a Autoridade Nacional da Água – ANA, organismo público vinculado ao Ministério de Agricultura, responsável por ditar as normas e estabelecer os procedimentos para a gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos. Está também encarregada de elaborar a Política e Estratégia Nacional de Recursos Hídricos e o Plano Nacional de Recursos Hídricos, exercendo autoridade sancionadora.

No art. 11 delinea-se a formação e a composição do SINAGERH¹⁰. O sistema é formado pelo conjunto de instituições, princípios, normas, procedimentos, técnicas e instrumentos, mediante os quais o Estado desenvolve e assegura a gestão integrada, participativa e multissetorial, o aproveitamento sustentável, a conservação, a preservação da qualidade e o incremento dos recursos hídricos.

O art. 12 apresenta os objetivos do Sistema, define as suas competências e abrangência, e estabelece que desenvolverá suas políticas em coordenação com os ministérios de Meio Ambiente, da Agricultura, de Minas e Energias, de Saúde, de Produção, Habitação, Infraestrutura e Saneamento, assim como em conjunto com os governos regionais e locais, obedecendo ao marco da Política Estratégia Nacional de Recursos Hídricos.

O art. 15º trata das competências da Autoridade Nacional da Água – ANA, a máxima autoridade técnica normativa do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos, responsável pelo funcionamento do Sistema em consonância com o estabelecido Lei nº 29.338/2009.

A Lei nº 29.338/2009 cria um capítulo (IV) especificamen para tratar das bacias e entidades multinacionais. No art. 33, trata dos acordos multinacionais e estabelece que a ANA coordenará, em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores, a assinatura de acordos bilaterais e multinacionais que tenham por finalidade a gestão integrada da água em bacias transfronteiriças. A gestão de recursos hídricos transfronteiriços no Peru encontra-se no âmbito de acordos de cooperação técnica entre os governos dos países envolvidos, a cargo de suas chancelarias ou Ministérios de Relações Exteriores, e da ANA. Diversas instâncias no âmbito do Ministério de Relações Exteriores do Peru são responsáveis pela política nacional de desenvolvimento e integração fronteiriça, entre elas o Consejo Nacional de Desarrollo de Fronteras – CNDF¹¹, bem como a Dirección Nacional de Desarrollo Fronterizo y Límites. Em se tratando de relações bilaterais para aspectos de integração e desenvolvimento fronteiriço, o Peru mantém cooperação técnica com Equador, Colômbia, Brasil, Bolívia e Chile. Com Brasil e Bolívia, esta cooperação se materializa por meio de acordos e dos seguintes organismos bilaterais:

Quadro13. Acordos e organismo entre Brasil-Peru e Peru-Bolívia

Peru-Brasil	Peru-Bolívia
--------------------	---------------------

¹⁰ Integrantes do Sistema Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos: a) a Autoridade Nacional da Água; b) os Ministérios de Meio Ambiente, Agricultura, Saúde, Produção, Energias e Minas, e o de Habitação, Construção e Saneamento; c) os governos regionais e os governos locais através de seus órgãos competentes; d) as organizações de usuários agrários e não agrários; e) as entidades operadoras dos setores hidráulicos, de caráter setorial e multissetorial; f) as comunidades campesinas e as comunidades nativas; g) as entidades públicas vinculadas à gestão dos recursos hídricos.

¹¹ As funções do Consejo Nacional de Desarrollo de Fronteras são: “articular y armonizar las acciones del Estado, la sociedad y en especial, de las organizaciones representativas de las zonas de frontera del Perú en la tarea de promover y orientar adecuadamente su desarrollo sostenible, fomentar la ocupación racional y la presencia del Estado en territorios de frontera, orientar la armonización de los planes nacionales y regionales de desarrollo fronterizo con los acuerdos internacionales y bilaterales en esta materia y promover la búsqueda y obtención de fuentes de cooperación técnica y financiera internacional para estos fines”.

Comisión de Vecindad Peru-Brasil	Comité de Frontera Peru-Bolivia
Grupo de Trabajo de Cooperación Amazónica y Fronteriza.	Grupo de Trabajo Binacional para el Establecimiento e Implementación del CEBAF ¹² Desaguadero.
Comité de Frontera Peru – Brasil	Autoridad Binacional Autónoma del Lago Titicaca.
	Programa de Acción Integrada Peru – Bolivia
	Zona de Integración Fronteriza Peruano Boliviana

Fonte: Iniciativa MAP, 2006.

IV.6. Similaridades e diferenças nas legislações de recursos hídricos dos países que compartilham a bacia hidrográfica do Rio Acre

A análise do arcabouço legal referente aos recursos hídricos dos três países (Brasil, Bolívia e Peru) aponta para um conjunto de aspectos convergentes, que servem como facilitadores para o processo de gestão compartilhada desse recurso. Do mesmo modo, essa análise também identifica diversos aspectos divergentes nessas legislações, possibilitando a identificação de limites e potencialidades para propor diretrizes comuns para gestão dos recursos hídricos transfronteiriços na bacia hidrográfica do Rio Acre.

A análise do marco legal dos três países permite concluir que existem algumas semelhanças entre as legislações, principalmente entre o Brasil e o Peru, nos quais a estrutura para o gerenciamento dos recursos hídricos encontra-se mais desenvolvida. Além disso, percebe-se uma preocupação boliviana no tratamento do tema, principalmente ao analisar-se a nova Constituição do país.

Nos três países, percebe-se uma preocupação com os recursos hídricos, com atribuição de um valor para a água em diversos aspectos. A água é tratada como recurso indispensável e racional para as sociedades, e essa preocupação é destacada tanto nas cartas magnas dos países como na legislação infraconstitucional.

A defesa da água também é abordada de forma abrangente, inclusive em defesa das populações camponesas e rurais, com destaque para a legislação boliviana. No Brasil, essa preocupação também tem elevado destaque, mas aparece de forma diferenciada na legislação do país.

Também cabe ressaltar o destaque que é dado aos princípios que são elencadas nas Cartas Magnas dos três países, todos em defesa dos recursos hídricos, valorando a água como recurso indispensável e esgotável. Esses princípios ressaltam a importância que é dada na gestão dos recursos hídricos, fundamentam e baseiam o seu controle. Também apontam para uma gestão integrada e participativa, que objetiva a construção de políticas pública mais eficientes.

Na gestão do Brasil e do Peru destaca-se um sistema nacional de recursos hídricos, visando o melhor gerenciamento desses recursos de forma integrada nos diversos âmbitos de decisão. Também se

¹²

Centro Binacional de Atención de Frontera.

percebe a utilização dos comitês de bacias e da constituição das próprias bacias hidrográficas como ferramenta para a política de recursos hídricos.

Além das semelhanças, também podem ser percebidas algumas diferenças importantes na gestão dos recursos hídricos dos três países. Essas diferenças devem ser enfrentadas como desafios para o aprimoramento da gestão dos recursos hídricos compartilhados.

Dentre esses desafios, destaca-se o processo legal e institucional que cada país adota, tanto para a modificação da lei interna, como para a inserção de tratados ou acordos entre os países. Esse processo, muitas vezes longo e demorado, exige a articulação com diversos setores da sociedade, tanto públicos como privados. Além disso, o modelo a ser finalmente adotado pelos três países para o gerenciamento dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do Rio Acre deve levar em consideração a específica situação político-econômica que cada país enfrenta.

O avanço da legislação hídrica no Brasil e no Peru, principalmente após a publicação da lei de recursos hídricos deste último, colocou esses dois países em uma posição mais favorável na gestão dos recursos hídricos. Essa situação coloca demandas sobre a parte boliviana para que busque uma equiparação legal e institucional com os outros países para que possa avançar na sua política das águas e contribuir de maneira mais eficaz para o gerenciamento integrado.

V. CONFLITOS SOBRE O USO DE RECURSOS HÍDRICOS EXISTENTES NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ACRE

A legislação brasileira sobre recursos hídricos preconiza a gestão integrada em unidades territoriais que coincidem com bacias hidrográficas. Em vista da natureza dos próprios recursos hídricos, que se comportam sem tomar conhecimento das fronteiras políticas, a melhor prática tem demonstrado que a gestão por bacias hidrográficas é quase sempre a melhor opção (a exceção seria, talvez, as grandes bacias que, por sua enorme extensão territorial, enfrentariam dificuldades para implementar uma gestão integrada no âmbito da totalidade da bacia). A bacia hidrográfica do Rio Acre não pode ser exceção, com a particularidade de tratar-se de bacia cujo rio principal é transfronteiriço, o que traz elementos específicos para a gestão ao demandar a coordenação de instituições de três países com marcos legais e institucionais diversos.

Ainda que na época de cheias os conflitos sobre os recursos hídricos na bacia diminuam, em alguns aspectos persistem, e há de se dar resposta a eles. A grande variação do regime dos rios na região – que alterna entre enchentes e secas que chegam a afetar gravemente a população local – traz problemas distintos nas duas estações, mas de igual relevância.

O diálogo entre as partes envolvidas torna-se, assim, necessário para enfrentar as situações adversas que afetam os recursos hídricos. Especificamente na bacia hidrográfica do Rio Acre, podemos, à primeira vista identificar os seguintes conflitos, potenciais ou existentes: a) dificuldade de abastecimento urbano e de navegação nas épocas de seca; b) enchentes nas épocas de cheia; c) conflitos sobre pesca na

época do defeso, por disparidade na legislação a respeito nos três países; d) deslocamento do leito do Rio Acre nos meandros, ocasionando mudança física nas fronteiras, com possibilidade de transferência de comunidades inteiras para o país vizinho; e) uso irregular da navegação para transporte de produtos ilegais; f) necessidade de manutenção do caudal ecológico nas épocas de seca.

VI. RECOMENDAÇÕES

O Grupo de Trabalho do Rio Acre, em vista do exposto acima, e com o principal objetivo de contribuir para o desenvolvimento da gestão integrada de recursos hídricos compartilhados entre Brasil, Peru e Bolívia na bacia hidrográfica do Rio Acre, propõe à CTGRHT o seguinte curso de ação: a) envio de moção ao CNRH para mobilizar os atores pertinentes a assinarem acordo trilateral para a gestão integrada da bacia hidrográfica do Rio Acre (Anexo I); b) negociação e assinatura de acordo bilateral nos moldes da proposta apresentada no Anexo II; c) após a assinatura do acordo, realização de seminário trinacional para mobilização dos atores nacionais e locais para a implementação do acordo assinado.

É o relatório.

Carlos Hugo Suarez Sampaio

Ministério da Justiça

Coordenador do Grupo de Trabalho do Rio Acre

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACRE. Governo do Estado do Acre. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre. 2000. **Zoneamento Ecológico Econômico: indicativos para a gestão territorial do Acre; documento final** – 1ª fase. Rio Branco: SECTMA, 2000, v. I, II e III.

ACRE. Governo do Estado do Acre. 2004. Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA. Seis planos estaduais de monitoramento da qualidade e quantidade da água de bacias prioritárias e seis projetos de monitoramento da qualidade e da quantidade da água. Fase I – **Diagnóstico Acre – Diagnóstico das bacias do Rio Acre e do Rio Purus**. Rio Branco, Acre. 2004. 84pp.

ACRE. Governo do Estado do Acre. 2006. Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA. **Zoneamento Ecológico Econômico do Acre**. Fase III, Rio Branco: Governo do Acre, 2006. Volumes 1, 2 e 3.

Aleamar, A. de. 2006. **Geopolítica das águas – o Brasil e o direito internacional fluvial**. Tese de Doutorado do Curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG. 253. pp.

Almeida, H. D. F.; Costa, M. L.; Rego, J. A. R.; Costa, A. M.; Martins, M. M. M.; Oliveira, M. S.; Angelica, R. S. 2004. Mineralogia e composição química dos sedimentos praianos dos rios que drenam o estado do acre: implicações sobre o intemperismo na área fonte e importância para agricultura e o ambiente. **Anais do XLII Congresso Brasileiro de Geologia**, SBG, Araxá, Minas Gerais.

Arruda, R. S. V. 2009. Fronteiras e identidades: os povos indígenas na tríplice fronteira Brasil-Bolívia-Peru. **33º Encontro Anual da Anpocs**. GT 20 – Estratégias Interétnicas e Fronteiras Identitárias. Caxambu. MG.

Brown, I. F.; Brilhante, S. H. C.; Mendoza, E. R. H. E Oliveira, I. R. de. 2002. **Estrada de Rio Branco, Acre, Brasil aos portos do Pacífico: Como maximizar os benefícios e minimizar os prejuízos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Sul-ocidental**. Integración Regional entre Bolivia, Brasil y Perú. Allan Wagner Tizón y Rosario Santa Gadea Duarte (ed.). Editora CEPEI (Centro Peruano de Estudios Internacionales), Lima, Serie: Seminarios, Mesas Redondas y Conferencias Nº 25, p. 281-296. 2002. ISSN 1017-512.

Cots, R. Torrelles, Cardona, E. P. Brown, IF. Análisis de la superficie afectada por fuego en el departamento de Pando en el año 2005 a partir de la clasificación de imágenes del satélite CBERS. **Anais do XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 835-842.

Huertas, Castillo, Beatriz. 2002. **Los Pueblos Indígenas en aislamiento – su lucha por la sobrevivencia y la libertad**. Grupo Internacional de Trabajo sobre asuntos indígenas. IWGIA. Santa Cruz de la Sierra. 256pp.

INADE, Instituto Nacional de Desarrollo – PE / Molina Contratistas Generales S. R. Ltda. 1996. **Estudios Definitivos de Ingeniería – Carretera Noaya-Iñapari**. Departameneto de Madre de Dios, Peru. Proyecto Especial Madre de Dios. Dirección de Infraestructura. Sub programa Infraestructura vial. Informe Final.

Le Preste, P. 2000. **Ecopolítica Internacional**. Tradução de Jacob Gorender. São Paulo: Editora SENAC.

Pantoja, N. & Brown, I.F. 2009. Estimativas de áreas afetadas pelo fogo no leste do Acre associadas à seca de 2005. **Anais XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, Natal, Brasil, 25-30 abril 2009, INPE, p. 6029-6036.

Peñafiel, Rodriguez, W. 2002. **Diagnóstico del clima, suelo y calidad de las aguas del Parque Ecológico de Cobija**. Proyecto BID ATR 929/SF. Cobija, Pando, Bolivia.

OEA. Organização dos Estados Americanos. 1998. **Zonificación Ecológica-Económica Yaco-Iñapari e Iberia-Iñapari-Madre de Dios**. HIDROTEC Ingenieros Consultores.

Reis & Reyes. 2006 (org.). **Hacia la gestión participativa de la Cuenca Alta del Río Acre: diagnóstico e avances - Rumo à gestão participativa da Bacia do Rio Acre: diagnóstico e avanços**. Herencia, UFAC e WWF-Brasil. Rio Branco, Acre.

Saavedra, Perez, C. 2001. **Pando: el ultimo paraíso**. Cobija, Pando, Bolívia. Editorial Franz Tamayo. 255pp.

Mattos, R. 2000. **Información sobre la Gestión del Água em Bolivia**.

LISTA DE PARTICIPANTES

[figura]

Coordenador: Carlos Hugo Suarez Sampaio (Ministério da Justiça)

Relator das reuniões: Ângelo José Rodrigues Lima (WWF-Brasil)

Vera Reis (Iniciativa MAP – MiniMAP Bacias/Cuencas)

Janaína Almeida Queiroz (Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Acre – SEMA)

Monica de los Ríos (Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Acre – SEMA)

Celina Xavier de Mendonça (Ministério do Meio Ambiente)

Guilherme Alves Neto (Ministério do Meio Ambiente)

Adriana Niemeyer Pires Ferreira (Ministério do Meio Ambiente)

Byron Prestes Costa (Ministério da Justiça)

Weber de Avelar (Secretaria-Geral da Presidência da República)

Meri Cristina Amaral Gonçalves (Ministério Público do Estado do Acre)

Patrícia Amorim do Rêgo (Ministério Público do Acre)

Capitão-Tenente Amaro José de Souza (Marinha do Brasil)

Antônio Cardoso Neto (ANA)

Humberto Cardoso Gonçalves (ANA)

José Maria Barbosa de Aquino (CTAC)

José Menezes Cruz (CONDIAC)

Manoel Batista de Araújo (CONDIAC)

Pavel Jezek (CONDIAC)

Márcia Regina Pereira de Sousa (Procuradoria-Geral do Estado do Acre)

Claudemir Mesquita (Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Rio Branco – SEMEIA)

Sérgio Lopes (Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Rio Branco – SEMEIA)

Júlio César Pinho Mattos (DEAS/AC)

Lissandro Juno Silva Vieira (UFAC)

Maria Rosélia Marques Lopes (UFAC)

Roger Daniel Recco (GTA/AC)

Maria Araújo de Aquino (GTA/AC)

Antônio Oviedo (WWF-Brasil)

Ronei Santana de Menezes (PESACRE)

Hilza Domingos Silva dos Santos Arcos (PESACRE)

Carla Cristina de Castro Guitanele (IBAMA/AC)

ANEXO I

[MINUTA]

MOÇÃO Nº ..., DE ... DE ... DE 2010

O **CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CNRH**, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o disposto no seu Regimento Interno, anexo à Portaria nº 377, de 19 de setembro de 2003, e

Considerando o disposto nos artigos 1º e 5º do Tratado de Cooperação Amazônica, de 3 de julho de 1978, no qual Governo da Estado Plurinacional da Bolívia, o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru convencionam realizar esforços e ações conjuntas a fim de promover o desenvolvimento harmônico de seus respectivos territórios amazônicos, de modo que as ações integradas produzam a repartição equitativa dos benefícios advindos com a preservação do meio ambiente e a conservação e utilização racional dos recursos naturais desses territórios;

Considerando a necessidade de promover a gestão integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Acre de modo articulado;

Reafirmando a necessidade de manter o equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente e de minimizar os impactos socioambientais decorrentes da construção da Estrada do Pacífico / Interoceânica ligando Brasil e Peru e da Ponte da Integração ligando Brasil e Bolívia;

Considerando que a Bacia Hidrográfica do Rio Acre, com suas características particulares, constitui unidade catalisadora do interesse comum dos estados, municípios e departamentos fronteiriços responsáveis por ações de conservação e desenvolvimento sustentável na região;

Reconhecendo as ações de articulação social e cooperação realizadas pela Iniciativa MAP (Madre de Dios – Peru, Acre – Brasil e Pando – Bolívia) desde 1999;

Considerando a responsabilidade com a conservação do meio ambiente para as gerações futuras, inclusive os impactos das mudanças climáticas causadas por atividades humanas;

Com o propósito de melhorar as condições de vida das populações fronteiriças por meio do aproveitamento sustentável dos recursos naturais das áreas limítrofes de acordo com critérios equitativos; e

Reconhecendo a importância de estabelecer mecanismos e instrumentos comuns aos três países,

RESOLVE:

Aprovar MOÇÃO dirigida aos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores, do Meio Ambiente, da Justiça, da Defesa, aos Governadores dos Estados do Acre e do Amazonas, ao Senhor Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, ao Senhor Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA e ao Senhor Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, recomendando, no âmbito de suas respectivas competências e possibilidades, que:

1. O Ministério das Relações Exteriores inicie entendimentos com os governos boliviano e peruano no sentido de desenvolver uma agenda de trabalho para promover a gestão compartilhada da Bacia Hidrográfica do Rio Acre, tendo por objetivo, entre outros, o de negociar a assinatura de acordo de cooperação para o desenvolvimento sustentável e a gestão integrada, subsidiando-se para tanto da minuta anexa.
2. O Ministério do Meio Ambiente, em seus programas, dê prioridade a ações no sentido de apoiar estudos e projetos para viabilizar a gestão integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Acre.
3. O Ministério da Justiça, por meio do Departamento de Polícia Federal, apoie as ações de fiscalização do IBAMA, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado do Acre e da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas, na região da Bacia Hidrográfica do Rio Acre.

4. O Ministério da Defesa apóie as ações de fiscalização do IBAMA, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado do Acre e da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas, na Bacia Hidrográfica do Rio Acre.
5. Os governos do Estado do Acre e do Estado do Amazonas articulem ações, por meio de seus órgãos específicos, no sentido de viabilizar a fiscalização conjunta na Bacia Hidrográfica do Rio Acre.
6. O IBAMA promova, em articulação com os órgãos federais, estaduais e municipais competentes, ações no sentido de monitorar e fiscalizar as atividades que possam acarretar degradação ambiental na Bacia Hidrográfica do Rio Acre.
7. A ANA priorize, em seu programa anual de atividades, ações e projetos visando a gestão integrada e compartilhada da Bacia Hidrográfica do Rio Acre.
8. A FUNAI se integre aos esforços para a gestão integrada e compartilhada da Bacia Hidrográfica do Rio Acre.

IZABELLA TEIXEIRA
Presidente do CNRH

ANEXO II

[MINUTA]

ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO PLURIANUAL DA BOLÍVIA, O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ACRE

O Governo do Estado Plurinacional da Bolívia,

o Governo da República Federativa do Brasil

e o Governo da República do Peru
(doravante denominados “Partes”),

Reconhecendo a necessidade de tornar cada vez mais efetivos os princípios de boa vizinhança e estreita cooperação que orientaram sempre suas relações recíprocas;

Identificando a necessidade de desenvolver e implementar medidas conjuntas em relação aos aspectos normativos e técnicos para a gestão das águas superficiais e subterrâneas transfronteiriças;

Dando cumprimento aos artigos 1º e 5º do Tratado de Cooperação Amazônica, de 3 de julho de 1978, no qual as Partes convencionam realizar esforços e ações conjuntas a fim de promover o desenvolvimento harmônico de seus respectivos territórios amazônicos, de modo que as ações integradas produzam a repartição equitativa dos benefícios advindos com a preservação do meio ambiente e a conservação e utilização racional dos recursos naturais desses territórios;

Considerando a necessidade de promover a gestão integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Acre de modo articulado;

Reafirmando a necessidade de manter o equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente e de minimizar os impactos socioambientais decorrentes da construção da Estrada do Pacífico / Interoceânica ligando Brasil e Peru e da Ponte da Integração ligando Brasil e Bolívia;

Considerando que a Bacia Hidrográfica do Rio Acre, com suas características particulares, constitui unidade catalisadora do interesse comum dos estados, municípios e departamentos fronteiriços responsáveis por ações de conservação e desenvolvimento sustentável na região;

Reconhecendo as ações de articulação social e cooperação realizadas pela Iniciativa MAP (Madre de Dios – Peru, Acre – Brasil e Pando – Bolívia) desde 1999;

Considerando a responsabilidade com a conservação do meio ambiente para as gerações futuras, inclusive os impactos das mudanças climáticas causadas por atividades humanas;

Com o propósito de melhorar as condições de vida das populações fronteiriças por meio do aproveitamento sustentável dos recursos naturais das áreas limítrofes de acordo com critérios equitativos;
e

Reconhecendo a importância de estabelecer mecanismos e instrumentos comuns às Partes;

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

As partes estabelecerão uma estreita cooperação para realizar esforços e ações conjuntas no sentido de promover o desenvolvimento sustentável e a gestão integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Acre.

ARTIGO II

O âmbito de aplicação do presente Acordo compreende a Bacia Hidrográfica do Rio Acre e suas áreas de influência direta e ponderável que, caso necessário, serão determinadas de comum acordo pelas Partes.

ARTIGO III

1. As Partes procurarão promover o desenvolvimento sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Acre mediante a gestão integrada dos recursos hídricos transfronteiriços, em conformidade com suas respectivas legislações, e levando em conta, entre outros, os seguintes objetivos:

- a. utilizar os recursos hídricos de maneira racional, equitativa e sustentável, respeitando o princípio do uso múltiplo das águas;
- b. proteger as áreas de mananciais superficiais e subterrâneos da Bacia;
- c. proteger os ecossistemas aquáticos mediante a regulamentação e a fiscalização coordenadas e, quando possível, conjuntas;
- d. apoiar a realização de diagnóstico dos recursos hídricos, bem como ações de recuperação de matas ciliares e nascentes;
- e. apoiar as medidas de conservação, utilização adequada, monitoramento e recuperação dos solos da região;
- f. promover o saneamento ambiental nas áreas urbanas e rurais;
- g. mitigar os impactos socioculturais e ambientais negativos que poderão advir da construção e utilização da Estrada Interoceânica, bem como da exploração de petróleo, óleo e gás natural;
- h. mitigar os possíveis impactos das mudanças climáticas na Bacia;
- i. promover a educação ambiental com as comunidades locais;
- j. mediar os conflitos referentes à exploração de madeira e recursos minerais existente na região;
- k. apoiar o desenvolvimento de tecnologia e pesquisa sobre aproveitamento, transformação e comercialização da madeira, auxiliando empresários madeireiros, agricultores, indígenas;
- l. apoiar ações de sustentabilidade econômica das comunidades indígenas por meios ambientalmente sustentáveis;
- m. promover a integração dos municípios fronteiriços através do estabelecimento de políticas coordenadas de desenvolvimento urbano;
- n. estimular o ecoturismo na região;
- o. promover ações integradas para a conservação de áreas protegidas;
- p. promover a conservação, monitoramento e manejo sustentável dos ecossistemas florestais;
- q. promover o uso sustentável dos recursos minerais, da flora e da fauna, obedecidas as legislações pertinentes;
- r. promover o desenvolvimento de projetos específicos de interesse mútuo;
- s. incentivar que a navegação e outros meios de transporte e comunicação ocorram de forma sustentável;
- t. compatibilizar legislações e normas das Partes, relacionadas com o previsto no presente parágrafo;
- u. estimular a criação de mecanismos para integração de políticas setoriais.

2. As Partes fixarão as prioridades a serem observadas com respeito aos propósitos estabelecidos no parágrafo 1 do presente Artigo.

ARTIGO IV

Para a execução do presente Acordo, as Partes constituem a Comissão Trinacional Brasil-Bolívia-Peru para o Desenvolvimento Sustentável e a Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Acre, que será composta por representantes dos países signatários, incluindo os respectivos Ministérios de Relações Exteriores, órgãos responsáveis pela política nacional de recursos hídricos e representantes de usuários e da Sociedade Civil, e que se estruturará se e conforme o disposto no presente Acordo e no respectivo Estatuto, anexo ao presente e parte integrante do mesmo.

ARTIGO V

À Comissão a que se refere o artigo anterior são conferidas as seguintes atribuições:

- a. fortalecer as articulações institucionais entre as Partes;
- b. coordenar as ações dos organismos competentes das Partes que tenham por objeto a gestão integrada dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Acre;
- c. promover estudos de impactos ambientais e socioeconômicos das atividades econômicas na Bacia Hidrográfica do Rio Acre;
- d. propor mecanismos coordenados de controle e políticas públicas para a fiscalização ambiental no âmbito da Bacia;
- e. propor projetos de interesse comum, tais como a conservação da floresta e dos recursos hídricos, o uso adequado do solo, medidas preventivas de ocupação territorial irregular, controle de queimadas, disseminação dos avanços científicos e tecnológicos, e de ações de educação ambiental;
- f. estabelecer mecanismos de monitoramento da execução do presente Acordo e recomendar às Partes medidas que considere necessárias para seu aperfeiçoamento;
- g. estabelecer troca de informações sobre o gerenciamento de recursos hídricos;
- h. estudar e coordenar os assuntos técnicos, científicos, econômicos e sociais relacionados com o desenvolvimento da Bacia;
- i. apresentar às Partes proposta de projetos e atividades a serem executados na região;
- j. gerenciar e contratar, com prévia autorização expressa das Partes, em cada caso, o financiamento de estudos e obras;
- k. gerenciar e supervisionar a execução de projetos, obras e serviços comuns e coordenar seu funcionamento ulterior;
- l. apoiar e acompanhar a execução de projetos e políticas públicas relacionados a recursos hídricos;
- m. celebrar os contratos necessários para a execução de projetos aprovados pelas Partes, requerendo destas a autorização expressa, em cada caso;
- n. coordenar com os organismos competentes das Partes a gestão integrada dos recursos hídricos da Bacia;
- o. transmitir de forma expedita aos organismos competentes das Partes as comunicações, consultas, informações e notificações que se efetuem de conformidade com o presente Acordo;
- p. propor a cada uma das Partes projetos de normas coordenadas sobre assuntos de interesse comum relativos, entre outros, à prevenção da contaminação; conservação, preservação e exploração sustentável dos recursos naturais;
- q. ouvir e chamar a participar os fóruns regionais da Sociedade Civil sempre que conveniente e oportuno;
- r. as demais que lhe sejam atribuídas pelo presente Acordo e as que as Partes convenham em lhe outorgar, por troca de Notas diplomáticas ou outras formas de Acordo.

ARTIGO VI

As partes adotarão as medidas adequadas para que os diversos aproveitamentos das águas, a pesquisa, a exploração e o uso dos recursos naturais da área da Bacia Hidrográfica do Rio Acre, dentro de seus respectivos territórios, não causem prejuízo sensível à quantidade e qualidade da água e ao meio ambiente.

ARTIGO VII

As Partes, mediante proposta da Comissão, designarão, segundo o caso, as entidades públicas ou privadas, organismos internacionais ou organizações não governamentais que desenvolverão as atividades previstas no presente Acordo e no Estatuto.

ARTIGO VIII

1. Cada uma das Partes notificará as outras, por via diplomática, do cumprimento das respectivas formalidades legais internas necessárias para a vigência do presente Acordo, o qual entrará em vigor trinta (30) dias após a data da terceira notificação.

2. O presente Acordo poderá ser denunciado, por qualquer uma das Partes, mediante nota diplomática. Nesse caso, a denúncia surtirá efeito um ano após a entrega da referida notificação.

Feito em ..., em ..., em três exemplares originais, sendo um em português e dois em espanhol, todos igualmente válidos e autênticos.

PELO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

...

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

...

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU

...

ESTATUTO DA COMISSÃO TRINACIONAL BRASIL-BOLÍVIA-PERU PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ACRE

ARTIGO I

Para os fins deste Estatuto, entende-se por:

- a. Partes: os Governos da República Federativa do Brasil, da República da Bolívia e da república do Peru;
- b. Acordo: o Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da Bolívia e o Governo da República do Peru para o Desenvolvimento Sustentável e a Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Acre, do qual o presente Estatuto é Anexo;
- c. Comissão: a Comissão Trinacional Brasil-Bolívia-Peru para o Desenvolvimento Sustentável e a Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Acre, estabelecida pelo Artigo IV do Acordo e em conformidade com as atribuições dispostas em seu Artigo V;
- d. Seção Brasileira: o grupo de delegados brasileiros designados pela República Federativa do Brasil para participar de reuniões e atividades da Comissão;
- e. Seção Boliviana: o grupo de delegados brasileiros designados pela República da Bolívia para participar de reuniões e atividades da Comissão;
- f. Seção Peruana: o grupo de delegados brasileiros designados pela República do Peru para participar de reuniões e atividades da Comissão;
- g. Delegados: os delegados nomeados por cada Parte;
- h. Comitê de Coordenação Local: o organismo trinacional responsável por assessorar a Comissão, conforme o disposto no Artigo XI deste Estatuto;
- i. Assessores: as pessoas designadas pelas Partes, ou pelos Delegados, para assistir sua respectiva delegação nessa função; e
- j. Estatuto: o presente instrumento jurídico acordado entre as Partes, em conformidade com o Artigo IV do Acordo.

ARTIGO II

A Comissão é o organismo trinacional responsável pela execução do Acordo de Cooperação entre o Governo do Estado Plurinacional da Bolívia, o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Acre, em conformidade com o disposto no seu Artigo IV.

Parágrafo único. A comissão será regida pelas normas pertinentes do referido Acordo, por este Estatuto e pelo seu Regimento Interno.

ARTIGO III

A área de ação da Comissão compreenderá a Bacia Hidrográfica do Rio Acre e as áreas contíguas de influência direta e ponderável, em conformidade com o Artigo II do Acordo.

ARTIGO IV

A Comissão tem a competência jurídica necessária para o cumprimento de suas funções, objetivos e finalidades, especificados no Artigo V do Acordo.

ARTIGO V

A Comissão terá como sede permanente um dos respectivos Ministérios das Relações Exteriores dos três países, em regime de alternância anual.

Parágrafo único. A Comissão terá sedes operativas nas cidades de ..., Pando, na República da Bolívia, ..., Acre, na República Federativa do Brasil, e ..., Madre de Dios, na República do Peru. A Comissão submeterá às Partes uma proposta de estrutura para as sedes operativas e de definição de competências para os órgãos responsáveis pela operação das mesmas. As partes, de acordo com sua legislação interna, definirão as fontes orçamentárias para o funcionamento de suas respectivas sedes.

ARTIGO VI

A Comissão dirigir-se-á às Partes por meio dos respectivos Ministérios das Relações Exteriores e, por intermédio destes, poderá relacionar-se com organismos internacionais sobre assuntos de sua competência.

ARTIGO VII

A Comissão atuará como mecanismo de contato entre as Partes e será coordenada pelos respectivos Ministérios das Relações Exteriores, com o apoio de outros órgãos das Partes em nível nacional e local.

ARTIGO VIII

Caberá à Comissão identificar iniciativas e projetos de interesse bilateral. A viabilidade ambiental, técnica e financeira de cada iniciativa do projeto será analisada pela Comissão, em consulta com os órgãos governamentais competentes de ambas as Partes. Se a avaliação realizada for positiva, será celebrado instrumento específico, no qual constará o compromisso claro das Partes de aplicar recursos técnicos e financeiros na iniciativa ou projeto.

ARTIGO IX

Com vistas a coordenar seus programas e projetos com os planos de desenvolvimento de cada Parte, a Comissão manterá estreita cooperação com os organismos nacionais de planejamento, de integração nacional e de meio ambiente e recursos hídricos.

ARTIGO X

A Comissão tem as funções especificadas no Acordo e as abaixo indicadas:

- a. elaborar e aprovar seu Regimento Interno;
- b. estabelecer os órgãos subsidiários que considere necessários para a execução dos objetivos do Acordo, incluído, entre eles, de forma permanente, o Comitê de Coordenação Local;
- c. aprovar e definir, em conformidade com os termos do Acordo e do presente Estatuto, os regulamentos e regulamentações próprias dos órgãos subsidiários, podendo realizar, a qualquer tempo, os ajustes e modificações que entender oportunos;
- d. autorizar seu Presidente a exercer a representação legal da Comissão;
- e. fornecer, assim que as Partes as solicitem, informações relativas aos projetos, obras ou serviços que estejam sob sua supervisão;

- f. promover ações que visem ao estudo e avaliação de todos os aspectos relacionados à gestão das águas e dos demais recursos naturais da Bacia Hidrográfica do Rio Acre e sugerir às Partes as medidas adequadas para seu desenvolvimento, conservação e monitoramento;
- g. estudar mecanismos e procedimentos que visem à adequação e à compatibilização dos critérios técnicos e normativos para o desenvolvimento integrado e sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Acre e recomendar às Partes meios para implementar tais mecanismos;
- h. realizar visitas técnicas e operações conjuntas de monitoramento, em conformidade com as leis e regulamentos da Parte em cujo território se realizam essas atividades;
- i. apresentar às Partes um Relatório Anual de suas atividades e seu Plano de Trabalho para o exercício seguinte; e
- j. desempenhar as demais funções que de comum acordo forem determinadas pelas Partes.

ARTIGO XI

A Comissão é constituída por três Seções, a Seção Boliviana, a Seção Brasileira e a Seção Peruana.

Parágrafo 1º Cada Seção, no que se refere a sua estrutura e funcionamento internos, será regida por suas respectivas normas nacionais.

Parágrafo 2º Cada Parte designará dois Delegados, em conformidade com o Artigo IV do Acordo.

Parágrafo 3º Poderão participar das reuniões da Comissão, segundo a natureza dos temas, em caráter *ad hoc* e como observadores, a critério de cada Delegação, assessores e convidados que possam contribuir para a melhor análise e conhecimento desses temas.

Parágrafo 4º Participarão das reuniões da Comissão, segundo a natureza dos temas, em caráter permanente, e em representação das respectivas comunidades transfronteiriças, três representantes, um de cada uma das Partes, do Comitê de Coordenação Local referido na alínea “b” do Artigo X deste Estatuto.

Parágrafo 5º O Comitê de Coordenação Local deverá assessorar a Comissão e promover a análise preliminar dos temas a serem considerados em plenário e dos assuntos que lhe forem designados pela própria Comissão.

Parágrafo 6º O Comitê de Coordenação Local será composto por uma representação, com igual número de membros, de cada uma das Partes, e organizar-se-á de modo a zelar pelo cumprimento de suas respectivas legislações, em especial a de recursos hídricos.

Parágrafo 7º A composição e o funcionamento do Comitê de Coordenação Local serão definidos em Regimento Interno aprovado pela Comissão.

ARTIGO XII

A Presidência e Vice-Presidência da Comissão serão desempenhadas, por períodos anuais e de forma alternada, pelos respectivos Delegados que presidem as Seções de cada Parte.

Parágrafo único. Em caso de vacância da Presidência ou da Vice-Presidência, a Seção correspondente designará o novo titular para completar o período.

ARTIGO XIII

Cada Parte designará um Secretário para exercer a Secretaria Executiva da Comissão, acompanhando a mesma alternância definida para a Presidência da Comissão, conforme o previsto no Artigo XII.

ARTIGO XIV

A Comissão reunir-se-á, em forma ordinária, pelo menos uma vez por semestre e, em caráter extraordinário, a qualquer momento, por convocação de seu Presidente ou de uma das Seções.

Parágrafo único. As Partes poderão modificar a frequência das reuniões ordinárias, por troca de Notas diplomáticas.

ARTIGO XV

O Presidente da Comissão, em coordenação com os respectivos Secretários, com no mínimo trinta (30) dias de antecedência, fará a convocação da reunião e proporá a agenda.

ARTIGO XVI

As decisões da Comissão serão adotadas por consenso.

ARTIGO XVII

As reuniões da Comissão serão registradas em Atas que, depois de sua aprovação, serão assinadas pelos Delegados presentes.

ARTIGO XVIII

Serão idiomas oficiais da Comissão o português e o espanhol, podendo as atas das Sessões Plenárias e outros documentos serem redigidos em qualquer dos idiomas.

ARTIGO XIX

A Comissão poderá também criar Subcomissões temporárias, para tratar de assuntos específicos, assim como contar com a colaboração de Assessores Especiais postos a sua disposição, sejam ou não nacionais das Partes.

ARTIGO XX

Constituirão recursos da Comissão, entre outros, as dotações designadas pela três Partes por meio de suas respectivas Seções, sendo cada uma destas responsável por seus próprios gastos.

ARTIGO XXI

Este Estatuto poderá ser modificado por iniciativa das Partes ou por proposição da Comissão.

ARTIGO XXII

O presente Estatuto entrará em vigência na mesma data do Acordo.